AFFONSO DE E. TAUNAY

(Antigo diretor do Museu Paulista)

VELHO SÃO PAULO

VOL. I

PRIMEIRAS PLANTAS

COLÉGIO * SÉ * PAÇO

Primeira contribuição da Companhia Melhoramentos de São Paulo para as comemorações quadricentenárias de 25 de janeiro de 1954.

EDIÇÕES MELHORAMENTOS

À Nossa Senhora do Rosário.

Todos os direitos reservados pela Comp. Melhoramentos de São Paulo, Indústrias de Papel
Caixa Postal 8120 — São Paulo

5/V-2

Do mesmo Autor, nas Edições Melhoramentos:

"HISTÓRIA DAS BANDEIRAS PAULISTAS"
em 2 volumes

ENSAIO DE CARTA GERAL DAS BANDEIRAS PAULISTAS
(3.ª Edição)

VELHO SÃO PAULO — Vol. II
Ruas Principais — Abadia de São Bento

Nos pedidos telegráficos basta citar o n.º 698

Este livro foi escaneado por Bruno Bonavigo.

Sinta-se livre para compartilhar, desde que não arranque estes créditos e a dedicatória. Caso queira, reze uma Ave-Maria por mim e pela alma do autor.

Deus abençoe.

O link da postagem no Archive, para eventuais correções da formatação, é:

https://archive.org/details/velho-sao-paulo-i/

Se deseja contribuir com meu trabalho de preservação da história, considere fazer uma doação. Chave Pix: b0n4vigo@gmail.com. Aceito também suas orações.

ÍNDICE

Introdução — A ICONOGRAFIA ANTIGA PAULISTANA
Séculos XVII, XVIII e XIX 5

AS MAIS VELHAS PLANTAS DE SÃO PAULO 19

A FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO E O COLÉGIO JESUÍTICO 25

A ANTIGA SÉ CATEDRAL DE SÃO PAULO 45

O PAÇO MUNICIPAL 63

INTRODUÇÃO

A ICONOGRAFIA ANTIGA PAULISTANA

Séculos XVII, XVIII e XIX

I.

POBRE, pobríssima a nossa iconografia nacional até meados do século XIX. Se em geral a brasileira não é, senão diminuta, a de São Paulo muito mais se apresenta desprovida de elementos do que qualquer da dos outros três núcleos principais das velhas regiões do país, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.

E compreende-se perfeitamente o fato atendendo a que diversos fatôres o causaram: o maior afastamento da Europa, a escassez reinante na zona paulista antes do século XIX, a sua insignificante freqüentação pelos europeus, a posição pouco acessível das terras do planalto. Contribuiu tudo isto para que sua antiga documentação iconográfica se reduzisse a resumido acervo.

Pernambuco e Bahia, zonas ricas, açucareiras, assaltadas por piratas e flibusteiros, assaz freqüentemente visitadas por esquadras estrangeiras e viajantes isolados, concretizaram, por assim dizer, o Brasil quinhentista e seiscentista.

Sofreu Pernambuco a ocupação holandesa durante quase duas e meia décadas, estêve a Bahia mais de ano em mãos dos batavos que por vêzes, com Piet Heyn e Maurício de Nassau tentaram, de novo, dela apossar-se. Na era setecentista entram em cena as Minas Gerais, cuja importância se reflete no Rio de Janeiro, do qual Froger, em 1695, dá o primeiro panorama pormenorizado.

Traz Maurício de Nassau uma como que legião de pintores, gravadores, desenhistas, arquitetos, naturalistas, representantes de notável civilização como a holandesa, onde as artes do desenho tinham magnífico desenvolvimento. Daí os belos e numerosos quadros de Franz Post, sobretudo, os de Eckhout, Zacarias Wagner e telas de outros três artistas anônimos, daí as lindas gravuras das obras de Barlaeus, Nieuhof, Montanus, etc., os desenhos da flora e da fauna da autoria de Marcgrave e de Piso, os mapas daquele, etc.

Ao invés disto, que poderiam os europeus, flibusteiros, viajantes, ou mesmo simples curiosos, procurar na região paulista, de então, onde não havia açúcar? Nada ou quase nada.

Escasseiam assim, completamente, os documentos da sua iconografia primeva.

Os mais antigos, por ordem cronológica, parecem ser os da obra de Hans Staden, o primeiro europeu não português que da sua passagem pelas terras vicentinas deixou famosa relação impressa, publicada em 1556.

Entendeu adornar a obra com uma série de desenhos ingênuos, com laivos de arte por vêzes de feitio quase troglodítico, procurando dar aos leitores uma idéia do que eram os costumes de selvagens desconhecidos em sua terra, o grão-ducado de Hesse, "antes e depois de Cristo".

Os seus esboços cartográficos correm parelhas com tais estampas. Nada mais fantasista do que a sua hidrografia do litoral vicentino e nada mais estrambótico do que seu mapa da "Amerika oder Brasilien".

Não tivemos o ensejo de ver edições *princeps* das relações de viagem de Ulrico Schmidel e de Antônio Knivet, os dois outros viajantes europeus que percorreram terras de São Paulo no século XVI; não nos parece que tenham tido ilustrações de certa autenticidade: pelo menos quanto às tiragens publicadas nas *Grandes Viagens* de De Bry e na coleção de Purchas.

Não é menos pobre a contribuição iconográfica do século XVII.

Documento interessante vem a ser a vista fantasiosa de Santos e São Vicente em 1615, ocorrente na obra de Joris van Spielberg, almirante holandês, meio traficante, meio flibusteiro, que andou a assolar as costas do Atlântico e as do Pacífico, e autor do *Miroir ost et West indical,* livro hoje raríssimo.

Muito interessante é a figurinha que acompanha o mapa de D. Luís de Céspedes Xeria, a mais velha carta de penetração do Brasil, pois traduz o itinerário dêste Capitão-General do Paraguai, de São Paulo ao Guairá, via Tietê e Paraná, em 1628.

Representa: *la vila de San Pablo en el Brasil* e o edifício que aí se apresenta parece-nos referir-se, sem dúvida possível, à Casa do Concelho da Vila piratiningana.

Até os dias de hoje o rude esbôço do governador espanhol constitui o mais antigo documento conhecido da iconografia paulistana.

Coube-nos a feliz ensancha de dá-lo a conhecer ao público, fazendo-o reproduzir do original preciosíssimo, pertencente ao acervo prodigiosamente opulento do Arquivo General de Índias, em Sevilha.

No fim da era seiscentista o que conhecemos em matéria de iconografia de São Paulo vem a ser apenas indecisos perfis de montanhas da costa nas vizinhanças de São Sebastião, intercaladas na obra de Froger, oficial francês que, em 1698, cruzou o litoral brasileiro e se gaba de ter *in loco* feito tais desenhos.

Retrato de paulista dos dois primeiros séculos nenhum se conhece. Não apareceu um só retratista em terras vicentinas, ao que parece. Ou antes, só se conhece um: Hans Staden, que começou por se auto-retratar e delineou outra efígie, a do cacique Cunhambebe.

De nenhum personagem de prol das duas primeiras centúrias existe retrato. De eclesiástico ou secular, militar ou civil. Não há um só bandeirante de quem se conheçam os traços, sejam êles dos maiores ou dos menores. Não há um só eclesiástico ou autoridade de maior e menor prol de quem se haja reproduzido a fisionomia.

Não denuncia Pedro Taques a existência de pinturas nas capelas de várias grandes propriedades rurais do século XVII a que se refere em têrmos arroubados. Assim quanto à de Araçariguama do creso Guilherme Pompéu de Almeida à de São Roque, de Pedro Vaz de Barros ou "Pedro Vaz Guaçu pelo idioma brasílico". Nem à de Santo Antônio, do seu irmão Fernão Pais de Barros. Nem ainda à de Sant'Ana, de Luís Dias Leme, onde tão estrondosas festas bianuais se faziam em "aplauso" à Mãe de Nossa Senhora. Fala-nos no entanto, e por vêzes com grandes elogios de documentos torêuticos "excelente talha dourada", etc.

É possível que no Estado de São Paulo existam algumas telas seiscentistas, mas ignoramos se acaso já se acham identificadas.

Possuirá algum dos nossos velhos cenóbios, algum espécime desta arte primeva? É o que não podemos esclarecer.

Mais que sabido vem a ser quanto tôdas as faculdades artísticas portuguêsas coloniais se voltaram quase exclusivamente para o campo religioso.

Os jesuítas de São Paulo, grandes construtores aliás, não deixaram senão muito raros documentos de sua capacidade artística. E o mesmo se deu com as demais "religiões" que tiveram cenóbios na vila e cidade piratininganа: beneditinos, franciscanos e carmelitas. E tôda a sua produção se votou à hagioiconografia.

O velho convento jesuítico seiscentista de Mboy, a vinte e quatro quilômetros de São Paulo, com sua igrejinha anexa, de Nossa Senhora do Rosário, constitui verdadeira preciosidade do nosso patrimônio histórico e artístico nacional. Não há em território de São Paulo monumento que se lhe compare em valia, dimensões, ancianidade de missão indiática, suave tradição do Padre Belchior de Pontes, morto em cheiro de santidade, características da arte toreuta do santeiro e do pintor.

Em boa hora o Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional acudiu à igrejinha e ao Convento — cuja conservação tanto defendera, durante meio século, talvez, a constância infatigável do benemérito zelador Saturnino Canuto Gonçalves — em boa hora, direi, entrou o S. P. H. A. N. em cena para salvaguardar tão preciosa peça, cuja restauração se deveu ao zêlo do competente especialista Dr. Luís Saia, delegado do Serviço em São Paulo.

Será seiscentista a pintura do retábulo de Mboy? Talvez, mas é mais provável date de princípios do século XVIII assim como outro e pequeno quadro, onde se vêem as efígies de quatro das maiores glórias da Companhia de Jesus: Santo Inácio de Loiola, São Francisco de Bórgia, São Francisco Xavier e São Luís de Gonzaga.

Como o último só haja sido canonizado em 1726, muito depois, portanto, da santificação dos três grandes companheiros do painel, é possível que êste haja sido executado após aquêle milésimo. Mas, também, como São Luís, já desde 1621, fôsse beatificado, talvez se houvesse adiantado o artista ao decreto papal colocando um bem-aventurado ao lado de três santos.

Personagens do mais alto relêvo não só no meio paulista como no brasileiro são os dois irmãos Bartolomeu e Alexandre de Gusmão. De nenhum dêles se conhece efígie alguma autêntica.

Parece extraordinário que, havendo ambos ocupado posições tão eminentes na Côrte Portuguêsa, não existam retratos seus de autenticidade indubitável.

Assim, de qualquer personagem de prol nascida em território paulista, ou de papel saliente na história de São Paulo, nos séculos XVI e XVII, não conhecemos efígie alguma, sejam êles Nóbrega, Brás Cubas, João Ramalho, D. Francisco de Sousa, Amador Bueno, etc., ou os grandes, os maiores bandeirantes, como Antônio Rapôso Tavares, Fernão Dias Pais, Pascoal Moreira Cabral, Domingos Jorge Velho, os dois Anhangüeras, os *Paí-Pirá*, tantos e tantos mais, ou ainda homens de igreja de grande reputação como Belchior de Pontes, fundadores de cidades, etc.

Curioso fato êste da despreocupação semimuçulmana pela representação da figura humana, feitio tão perseverante no mundo antigo português a ponto de impedir que até possuamos retrato irretorquìvelmente autêntico do maior gênio da raça.

Como exceção, notemos, porém, a existência de dois retratos quinhentistas de personagens que se prendem à história de São Paulo. Dois do modo mais estrito, Martim Afonso de Sousa e José de Anchieta, e outro de pequeno embora pitoresco relêvo: Cunhambebe, retratado por Hans Staden, que, pelo terrível morubixaba, tanto receou ser devorado.

Nas crônicas e na documentação colonial não conhecemos referência alguma à existência de retrato de gente da terra a não ser quanto a caso único por Pedro Taques relatado.

A pintura de tal efígie motivou excepcional acontecimento.

Durante anos raivara a guerra civil paulistana dos Pires e Camargos.

E o Governador-Geral do Brasil, Conde de Atouguia, tentando restabelecer a paz na vila e no planalto piratininganо, fêz passar provisão determinadora de providências a seu ver capazes de trazer-lhe o apaziguamento. Êste papel a São Paulo trouxe-o, pessoalmente, da Bahia, paulista de alto relêvo e grande prestígio — Francisco Nunes de Siqueira. Agiu como apaziguador de real benemerência e, ao regressar do Norte, recebeu excepcionais homenagens e o cognome de *Redentor da Pátria.*

Chegando a São Paulo, no dia de Natal de 1655, teve estrondosa recepção por parte dos concidadãos. Solenemente entrou na vila "a cavalo, vestido de armas brancas, em sela Hierônima, com lança ao ombro e bigodes à Fernandina", escreve o linhagista.

"Por êste merecimento, lhe tributou a Pátria obsequiosa lembrança, fazendo-o retratar com verdadeira efígie, do mesmo modo com que fêz sua pública entrada. Neste retrato de Francisco Nunes de Siqueira se via a epígrafe: *Redentor da Pátria.*"

Assim, o primeiro retrato de paulista de que há notícia, data de meados do século XVII, e era retrato eqüestre. Longos anos figurou no Paço Municipal de São Paulo, provàvelmente na sala das sessões dos edis. Foi talvez o primeiro documento de um gênero de manifestações mais tarde cultivado, com tamanha e por vêzes deplorável abundância.

Mais de meio século permaneceu o retrato de Francisco Nunes de Siqueira no edifício da edilidade de sua vila natal, onde talvez não existisse nenhuma efígie mais, nem mesmo a de algum dos Senhores Reis, vivo, ou dos falecidos da vida presente.

Isto até que D. João V, em testemunho de aprêço aos leais vassalos da sua antiga vila de São Paulo — por êle enobrecida com o título de cidade, pela carta régia de 11 de julho de 1711, e cidade capital da nova Capitania de São Paulo e Minas do Ouro — enviasse a tão bons súditos a sua efígie.

A 5 de setembro de 1721 dava a Câmara de São Paulo posse ao novo ouvidor de sua Comarca, Dr. Manuel de Melo Godinho Manso, personagem celebrizado pela mais deslavada cupidez e a cumplicidade com o ladravaz Sebastião Fernandes do Rêgo.

Querendo dar arras de respeito infindo à pessoa de um ungido do Senhor, fingiu-se indignado com a presença do retrato de Francisco Nunes de Siqueira no Paço Municipal, em confronto com o de Dom João V.

Determinou, em severa advertência, que se removesse o quadro ofuscador do de Sua Majestade e o juiz ordinário, Fernão de Camargo, relata Pedro Taques, "tirou da Casa da Câmara o dito retrato, de cujo poder passou para o do Alferes Sebastião do Prado Cortês".

"Nós ainda vimos esta cópia que se conserva em casa dos filhos do Alferes Sebastião do Prado, neste ano de 1769", escreve o linhagista.

Que fim terá levado êsse exemplar único da arte pictórica paulista seiscentista e raríssimo da brasileira? Essa quiçá primeira pintura a óleo sôbre assunto não religioso executada em terra paulista? Essa primeira efígie de paulista de que há notícia?

É o que de todo não podemos esclarecer. E quem a terá executado? A que artista terá a Câmara de São Paulo cometido o encargo de retratar o *Redentor da Pátria?* Outro mistério insondável e outro problema de insolúvel aspecto.

Assim, graças ao desprezível Godinho Manso perdeu-se o mais antigo documento da arte pictórica em terras de São Paulo.

Mesmo em matéria de arte religiosa subsistirá alguma pintura mais velha do que o retrato de Siqueira?

É provável que não. Ou que pelo menos sejam tais espécimes de extrema raridade.

Existe no Museu Paulista, para o qual o adquirimos, pintura que se diz seiscentista. É tudo quanto há de mais primário em matéria de execução. Representa Nossa Senhora da Conceição e pertencia à matriz de Santo Amaro, passando por ter pertencido à primitiva capela dos fundadores, a que o bispo do Rio de Janeiro, Dom José de Barros Alarcão, elevou a paróquia em 1680. Bem mostra tal pintura a deficiência da técnica, rudimentar como a dos mais velhos primitivos peninsulares dos séculos medievais.

II.

A arte seiscentista do planalto só podia ser o que foi, pobríssima. Com aquela inópia de elementos essenciais, da vida rude do tempo, onde achar terreno para uma eflorescência artística?

Mostram-se os inventários omissos quanto a referências sôbre quadros e objetos de arte existentes nas casas do Planalto.

Imagens, só as de santos, tôscas pinturas que raramente se dependuravam das paredes.

A mais velha referência inventarial que conhecemos é a do espólio de Gaspar Barreto, espécie de banqueiro do seu tempo, em São Paulo. Falecido em 1629 deixou bens, enormes para a época, computados em pouco mais de três mil e duzentos cruzados. Na sala de sua casa doze painéis havia, avaliados em um cruzado cada um, não se mencionando o que representariam.

Novas indicações se tornaram mais freqüentes para o fim do século.

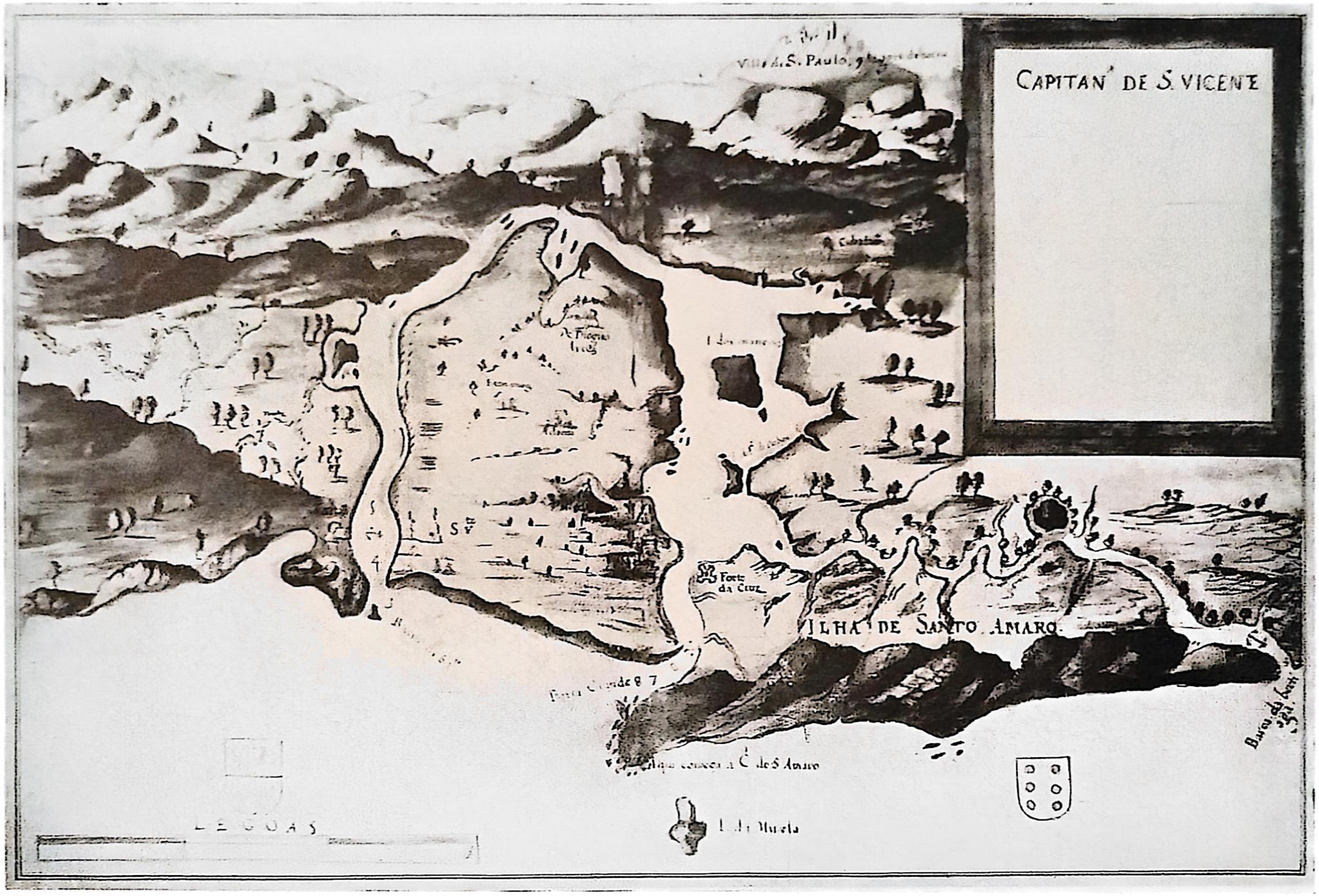
Falecido em 1695, o opulento Pedro Vaz de Barros, apresenta-o o seu inventário como possuidor de nada menos de quinze telas, em seu avultado espólio de 3.319$986.

Três quadros, cujos assuntos não se descrevem, avaliados em 4$800 (os três) e doze "painéis de madamas" (sic) avaliados em dois cruzados cada um.

Que seriam êstes "painéis de madamas"? Figurinos de modas? Composições abrejeiradas? Não era crível que na sala de um vassalo americano do século XVII surgissem composições maliciosas conculcando a praxe universal da exibição de assuntos sacros.

Nem aliás começara a moda, depois universalmente européia, instigada pelos exemplos franceses das *bergeries* de Watteau e de Boucher.

É mais provável, pois, que os tais "painéis de madamas" fôssem simples figurinos franceses, daquelas modas francesas de fins do século XVII, que a influência de Mme de Maintenon na Côrte de Luís XVI austerizara.



O lagamar de Santos, a Serra de Paranapiacaba e a Vila de São Paulo. Prancha do Atlas de João Teixeira Albernaz (1631). Mapoteca do Itamarati.

Em 1704 falecia, rica e carregada de anos, a ilustre dona viúva Leonor de Siqueira, baiana, mulher que fôra do grande bandeirante Luís Pedroso de Barros. E grande protetora dos jesuítas, para a restauração de cujo colégio empregara avultadas somas.

Era instruída como sua irmã Catarina e — coisa inaudita! — redigira o próprio testamento. Descrevendo alguns bens, declarou deixar a seu neto Timóteo Correia de Góis uma "lâmina da Virgem Senhora" e uma imagem de Cristo, por alguns serviços que lhe fizera.

Matias Rodrigues da Silva, homem opulento, falecido em 1712, avô de Matias Aires, possuía "três painéis grandes feitos na terra" e "dois painéis pequenos" avaliados os primeiros em 2$200 cada um e os demais em 800 réis.

Quem seriam os autores de tais painéis "feitos na terra", como que fundadores da escola paulista de pintura, cujo desabrochar notável só se daria da segunda metade, para os fins do século XIX, com o grande Almeida Júnior?

Provàvelmente leigos de ordens religiosas.

Em matéria de retratos frisamos o fato excepcional da existência do de Francisco Nunes de Siqueira.

Mas esta excepcionalidade não era particular a São Paulo e sim regra geral, em todo o Brasil.

De quantos brasileiros ou personagens de grande destaque em nossa história dos mais ilustres nos nossos dois primeiros séculos, conhecemos efígies autênticas? De meia dúzia, talvez. Ou nem isso. De pronto nos recordamos dos de Matias de Albuquerque, André Vidal de Negreiros, Salvador Correia de Sá e Benevides, João Fernandes Vieira (os do Camarão e Henrique Dias são supositícios). E de quem mais?

Há uns tantos retratos de Governadores-Gerais e Vice-Reis pertencentes a grandes casas fidalgas do Reino, como o Conde de Atouguia, por exemplo, e um ou outro dos bispos da Bahia e de mais ninguém. Mas todos portuguêses.

Ora, se esta penúria ocorria na Capital do Brasil e em Pernambuco, muito natural era que no Sul, sobretudo em São Paulo, ilhado em seu planalto, deixassem naquelas eras priscas de surgir documentos artísticos.

Foram os portuguêses sempre grandes cultores da cartografia e o número de seus preciosos portulanos, roteiros e mapas, avulta de modo muito considerável como é desnecessário lembrar.

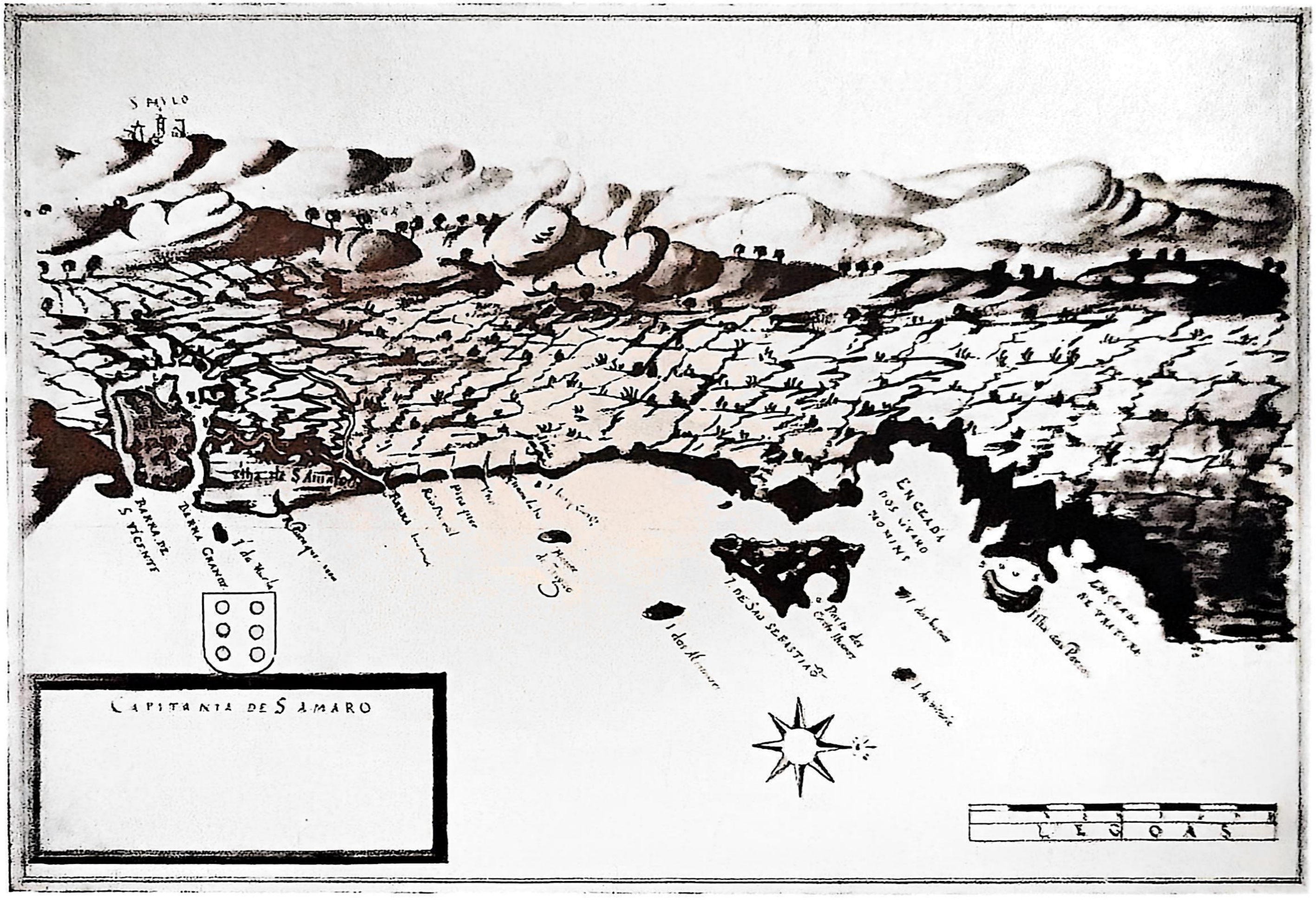
Na região paulista as peças pormenorizadas são, contudo, raras, nos primeiros séculos.

As cartas parciais que ocorrem nos atlas dos Teixeira Albernaz, quer o de 1611 e o de 1612 na *Rezão do Estado do Brasil,* quer no de 1631, bem demonstram quanto os cosmógrafos não conheciam os acidentes corográficos do litoral e do planalto paulistas.

As convenções topográficas que nelas aparecem dão por exemplo a mais falsa idéia do vulto da vila de São Paulo, onde vemos altas e imponentes tôrres destacarem-se do casario e da eminência da Serra, dando a entender a existência de soberba catedral e grandes igrejas paroquiais.

As primeiras reproduções de aspectos paulistanos até hoje divulgados só ocorreriam no século XIX. De tôda a era setecentista, não se conhece, até hoje, um único documento iconográfico.

No século XVIII continua a mesma penúria em matéria de retratos. Nascidos nesta centúria, de bem poucos conhecemos a existência. Entre êles citemos os do Padre Ângelo de Siqueira, o escritor ascético da *Botica da Lapa* e fundador de seminários em Portugal e



O litoral paulista septentrional — o planalto e a Vila de São Paulo. Prancha do Atlas de João Teixeira Albernaz (1631). Mapoteca do Itamarati.

no Brasil, cuja efígie Alberto Lamego encontrou no Pôrto; do Abade beneditino Provincial do Brasil, Frei Miguel Arcanjo da Anunciação Teixeira de Azevedo (irmão de Frei Gaspar da Madre de Deus) existente no cenóbio de Olinda, de Dom Frei Antônio de Santa Úrsula Rodovalho, bispo de Angola, do santo franciscano Frei Antônio de Sant'Ana Galvão, de tão extraordinário renome, do Mestre de Campo Agostinho Delgado de Arouche de Barros Leme e seu filho, o Marechal José Arouche de Toledo Rendon, do Capitão-Mor de Itu, Vicente da Costa Taques Góis e Aranha, da Viscondessa de Castro, da ituana D. Genebra de Barros Leite (espôsa do Brigadeiro Luís Antônio de Sousa M. e Queirós), do C.el Francisco Inácio de Sousa Queirós e sua espôsa D. Francisca Miquelina de Sousa Queirós, da Marquesa de Santos, retratada muito moça ainda, de José Bonifácio de Andrada e Silva e seus irmãos Antônio Carlos e Martim Francisco, de Diogo Antônio Feijó, Francisco Álvares Machado de Vasconcelos, do Visconde de São Leopoldo, todos êles personagens desaparecidos do mundo antes da invenção do daguerreótipo ou da divulgação dêste no Brasil.

O retrato do Mestre de Campo Agostinho Delgado de Arouche, pensamos que seja a mais velha efígie conhecida de paulista não eclesiástico, hoje existente.

Outras personalidades de relêvo nascidas no século XVIII, como por exemplo Francisco de Paula Sousa e Melo, Ildefonso Xavier Ferreira, os Barões de Itu e de Piracicaba, o Bispo D. Antônio Joaquim de Melo, o Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, os Barões de Iguape, Tietê, Jundiaí, Itapetininga, etc., o Brigadeiro Gavião Peixoto, etc., viveram muitos anos a dentro do século XIX. Assim não é de estranhar que dêles haja retratos a óleo, daguerreótipos e fotografias.

Tão deficiente é a galeria dos retratos paulistas que, mau grado os esforços do grande erudito Ernesto Ennes não se conhecem de duas figuras setecentistas do maior relêvo intelectual as efígies, quando no entanto eram pessoas residentes em Portugal e dispondo de grandes bens de fortuna: Matias Aires e sua irmã Catarina de Orta, o ilustre pensador e a primeira romancista do Brasil, por ordem cronológica.

Assim se desconhece, também, qualquer retrato de outro paulistano célebre, personalidade do alto relêvo científico de Francisco José de Lacerda e Almeida.

Não sabemos de peça alguma setecentista em que apareça qualquer vista de edifícios de qualquer lugar que seja na cidade de São Paulo.

Nos primeiros anos do século XIX desponta a iconografia paulistana. Assim, ocorre a estampa inserta na obra de John Mawe, que estêve na capital paulista em 1807. "Vista da mineração aurífera do Jaraguá". Talvez seja o primeiro documento paisagístico até hoje divulgado sôbre as terras do planalto piratiningano. Aspectos arquiteturais e de costumes da cidade de São Paulo não interessaram ao que parece ao geólogo e mineralogista inglês.

Numa tradução italiana das *Viagens,* de Mawe, ocorre estampa representando uma "dama paulista" vestida de enorme roupão azul que quase lhe chega aos sapatos, traje que é tudo quanto há de mais inestético e arcaico. Mas terá visos de autenticidade? É o que não sabemos dizer. Não decorrerá da fantasia do tradutor ilustrador do volume? Não se dará aí mais uma comprovação de famoso prolóquio italiano?

Depois de Mawe, temos o contingente de Spix e Martius, que data de 1817-1818. Paisagens, cenas de costumes e documentos etnográficos. As paisagens até hoje divulgadas são as das *Tabulae physiognomicae,* que antecedem à *Flora Brasiliensis,* de Martius.

Apresentam-nos aspectos do Formoso, na fronteira paulista-fluminense, dos Campos de Lorena, da esplêndida mata virgem entre Jacareí e Escada, dos campos entre Moji das

Cruzes e São Paulo, perfis de montanha entre o Araçoiaba e o Morro do Lopo. Na *Reise,* dos dois grandes naturalistas, surgem-nos duas figuras de mulher muito popularizadas pelas reproduções: uma portadora de bócio, de Jacareí, e uma cafuza da Escada, dotada de colossal trunfa e a pitar em imenso cachimbo. Como cena de costumes deram-nos os dois insignes colaboradores uma dança de africanos, escravos, e um batuque a que intitularam *baduca* (sic).

Mas sôbre aspectos da cidade de São Paulo nada divulgaram Spix e Martius em seu álbum.

Mas existe preciosíssima contribuição, ao que parece, até agora inédita, desenhos e pinturas de Ender, o artista que os acompanhou em parte da jornada científica, deixando-os por enfêrmo.

Êste acervo do excelente artista era muito volumoso e nêle há muita coisa referente a São Paulo. Conserva-se intato na Academia de Belas-Artes de Viena d'Áustria. Quando diretor do Museu Paulista debalde procuramos obter as reproduções das peças de Ender relativas a São Paulo, cidade e capitania. Ùltimamente, graças à obsequiosidade do Dr. Siegfried Freiberg, eminente diretor da Biblioteca da Academia, obtivemos permissão para reproduzir as duas vistas do Colégio e da Sé Catedral em 1818. Julgamos que venham a ser as mais antigas da documentação iconográfica paulistana, após a que orna o mapa de Dom Luís de Céspedes.

De outros viajantes, no São Paulo dos primeiros anos do século XIX, como o sueco Gustavo Beyer e o alemão Freyreiss ignoramos se deixaram contribuição iconográfica.

A tradução da relação de suas viagens é omissa a tal respeito. A mesma inópia acompanha a tão valiosa e interessante *Memória sôbre a viagem do pôrto de Santos à Cidade de Cuiabá,* da lavra de Luís de Alincourt.

Nula é no mesmo setor a contribuição de Saint-Hilaire. No entanto, e por duas vêzes percorreu o grande botânico enormes tratos de terras paulistas. Tanto e tão notàvelmente escreveu sôbre elas e os paulistas! Entretanto, viajando sem desenhista e provàvelmente destituído de dotes pictóricos, estas circunstâncias trouxeram sensível *capitis diminutio* à valia de sua obra em relação às de outros de seus grandes contemporâneos, como o Príncipe de Wied, Pohl, Spix e Martius.

Em abono do eminente naturalista digamos que nem de longe dispunha dos recursos dos êmulos, um dêles muito afortunado, como Wied, e os outros estipendiados pelos seus respectivos soberanos.

Na *History of Brazil,* de Henderson, datada de 1821, ocorre uma única estampa, paulista, mas não paulistana.

Alguns anos mais tarde apresentou Debret o único documento iconográfico até hoje descoberto, sôbre a indumentária dos bandeirantes, com visos de autenticidade.

Não é grande, aliás, a contribuição já impressa do eminente pintor francês de nome imortalizado em nossos fastos. Retratou tropeiros, uma cena de caçada, um grupo de paulistas.

Existem inéditos da maior valia e da coleção de desenhos e esboços, patriòticamente adquirida pelo Dr. Raimundo Ottoni de Castro Maya, alguns outros documentos, vistas de diversas localidades paulistas como Itu, Taubaté, Moji das Cruzes, etc., mas infelizmente nada sôbre a capital paulistana.

Em 1828 surgiu preciosa vista de conjunto de nossa cidade, o seu primeiro e modesto panorama, devido a Arnaldo Juliano Pallière, distinto pintor francês, genro do ilustre Grandjean de Montigny.

A cidade de São Paulo vista da Várzea do Carmo em 1828. Aquarela de Arnaldo Juliano Pallière. Carmo, Santa Teresa, Sé, Colégio, São Bento.

Pertence esta peça valiosa à magnífica brasiliana do consagrado historiador das nossas primeiras eras, Sr. João Fernando de Almeida Prado.

Nesta época passaram por São Paulo dois artistas de grande mérito: Hércules Florence e o Tenente Chamberlain.

Ao primeiro, a quem justamente se cognomina o patriarca da iconografia paulista, pouco interessaram os ambientes urbanos de São Paulo.

Deixou imensa cópia de documentos relativos a numerosos aspectos do interior paulista, mas nada lhe conhecemos em matéria de iconografia paulistana.

De Chamberlain temos ciência de uma única peça, uma vista da várzea da Lapa, tendo o Jaraguá como fundo de quadro.

Entre 1835 e 1840 avoluma-se notàvelmente o acervo da iconografia paulistana e isto se deveu a modestíssimo artista ituano, autodidata de avultados dotes naturais, tanto mais apreciáveis quanto caracterizam um homem nascido e formado em meio ainda pouco afeiçoado à arte.

Era êle Miguel A. Benício da Anunciação Dutra (1810-1875). Obediente a irresistível vocação, viveu para a sua arte e a sua fé. Desenhou, pintou, construiu igrejas durante meio século talvez.

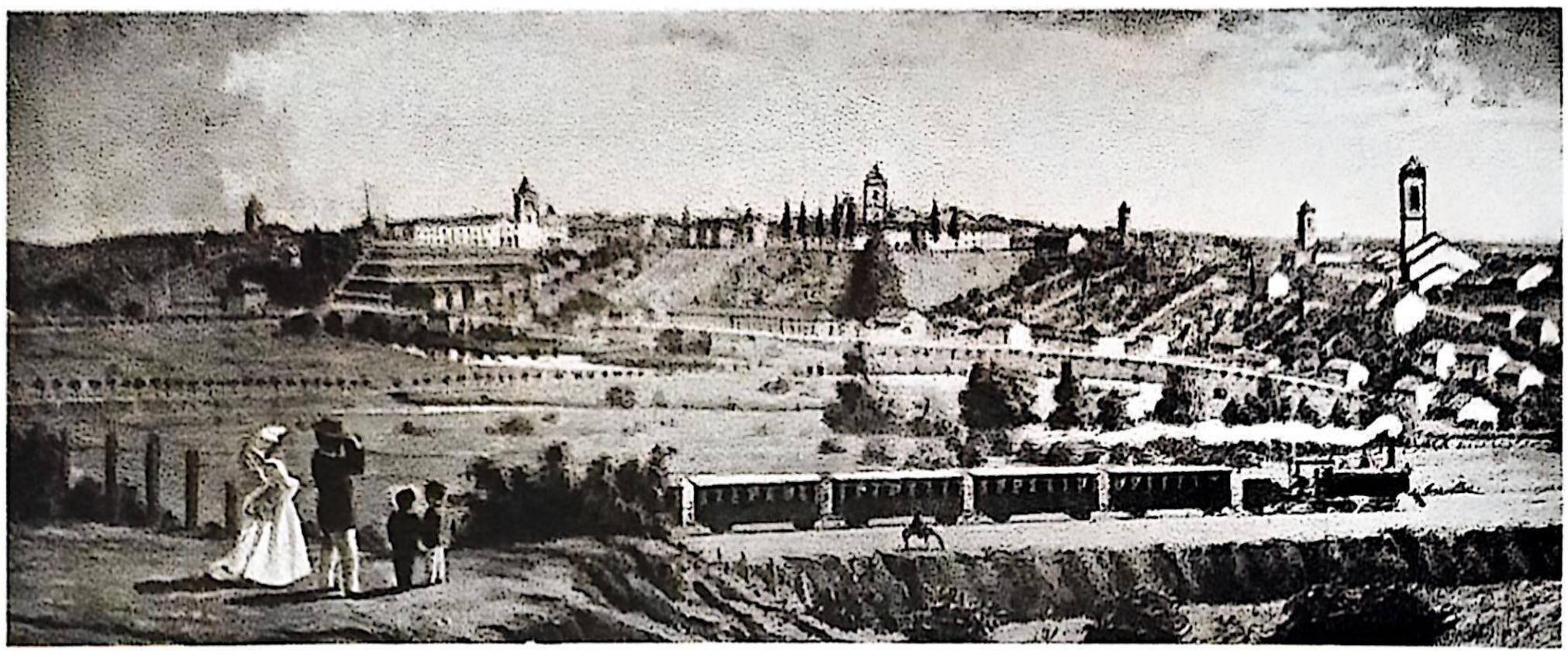
A êle se devem (depois dos de Ender) os mais antigos documentos pictóricos até hoje divulgados sôbre os edifícios de São Paulo numa série de vistas assaz numerosas de igrejas e conventos, do paço municipal, do quartel de linha, etc.

Datam de 1835 em diante e foram talvez aproveitados para emoldurar a raríssima *Planta da Imperial Cidade de São Paulo,* primeiro mapa paulistano, impresso em 1841.

Era de esperar que da lavra do Marechal Daniel Pedro Müller (1769-1842), o ilustre engenheiro militar e estatista, subsistissem elementos iconográficos paulistanos. Cartógrafo de mérito, por longos anos encarregado das obras públicas da Capitania, da Província e do Município de São Paulo, homem de notável projeção cultural em seu meio, não deixou, contudo, elementos abonadores da sua capacidade artística. Verdade é que, segundo se diz, foi o seu grande arquivo particular disperso após a sua morte.

Daniel P. Kidder que assaz longamente permaneceu em São Paulo, em 1837, muito pouco nos deixou de interessante em matéria iconográfica local. E o mesmo se deu com o seu compatriota James C. Fletcher, alguns anos mais tarde.

A contribuição do Barão de Tschudi em 1860, já na era da fotografia, é-lhes muito superior.



A cidade de São Paulo vista da Várzea do Carmo (1870). (Gravura anônima).

Os primeiros retratos em daguerreotipia executados no Brasil parecem datar de 1843 e do Rio de Janeiro. Quando surgiram as primeiras fotografias brasileiras é o que não sabemos dizer. Nem tampouco avançar o que quer que seja quanto ao milésimo assinalador das primeiras de aspectos paulistanos.

Tivemos em mãos há longos anos, uma série de chapas representando diversos pontos da cidade e seus arredores.

Segundo a informação de seu detentor haviam êstes negativos sido tomados por um engenheiro inglês que em São Paulo se achara por volta de 1855. Estavam em grande parte muito apagados e deteriorados. Permitiu, porém, o seu amável detentor, que dois ou três fôssem utilizados para a confecção de quadros destinados a evocar os mais velhos aspectos da cidade de São Paulo na galeria que então organizávamos no Museu Paulista.

Parece-nos que a primeira série coordenada de fotografias paulistanas é a do famoso *Álbum de Militão de Azevedo* que data das vizinhanças de 1860.

Constitui tal álbum devido a verdadeiro mestre da fotografia, rico e precioso documentário antigo e os seus exemplares são hoje de muito grande raridade.

Até 1881 ao se realizar a magnífica Exposição de História do Brasil, no Rio de Janeiro, a documentação iconográfica paulistana e paulista apresentou-se sobremodo escassa. É o que se depreende ao percorrer as páginas do magistral catálogo de tal mostra, obra feita em colaboração por quatro notáveis eruditos e especialistas: Vale Cabral, Capistrano de Abreu, Menezes Brum e Ramiz Galvão.

O que de procedência paulista ali se reuniu foi sobremaneira pobre. O acervo público, êste, então, apresentou-se deficientíssimo. Supomos que uma única coleção valiosa particular se fêz representar condignamente, a do Barão Homem de Melo.

A Biblioteca Nacional demonstrou quase nada possuir ainda. O grosso da iconografia paulista proveio da coleção Homem de Melo a que, entretanto, faltava o álbum Militão de Azevedo.

Nêle figurava uma série factícia de dezoito vistas de São Paulo e Santos, fotografias de anônimos, das quais treze paulistanas. Que paradeiro terá tomado tal série? É-nos impossível esclarecê-lo, dada a dispersão do rico acervo reunido pelo erudito colecionador.

Uma de tais fotografias devia ser muito interessante: "A Cidade de São Paulo, vista tomada da margem direita do Tamanduateí".

Dom Pedro II também então expôs alguma coisa da sua coleção de São Cristóvão. Fala-nos o catálogo de uma pintura panorâmica paulistana a óleo, da lavra de um anônimo, tela cujo destino ignoramos.

Alguns velhos aspectos paulistanos também se encontram nas páginas dos escassos jornais ilustrados locais, sobretudo nas do *Diabo Coxo* e do *Cabrião*, de Ângelo Agostini, cujos exemplares tão raros são.

Em suma, a iconografia paulistana colonial vem a ser constituída pelo mais reduzido número de elementos e a imperial, como de esperar, incomparàvelmente mais vultosa.

. . . . . .

Tomando elevada iniciativa resolveu a Companhia Melhoramentos de São Paulo encetar uma série de trabalhos correspondentes à sua contribuição como coparticipante das comemorações projetadas para a celebração do quarto centenário da fundação da cidade de São Paulo.

Desnecessário é encarecer quanto tal projeto se enquadra no cumprimento do programa que, há tantos decênios já, se impôs, de evocar a nossa tradição nacional e local. Dêste propósito vem dando abundantes e elevadas provas, como inútil se torna recordar.

A aproximação da efeméride de 25 de janeiro de 1954, sugeriu-lhe a conveniência de trazer mais uns itens à sua bibliografia copiosa relativa à história paulista e à nacional.

Daí a publicação dêste tentame que tão honrosamente nos foi confiado.

A elevada diretriz brasileira a ela imposta pela clarividência dos irmãos Otto, Alfredo e Walther Weiszflog à qual se deveu a edição das obras de Varnhagen, Oliveira Lima, Capistrano de Abreu, entre outros e a reedição de livros clássicos de nossa bibliografia histórica nacional e regional desde muito esgotados, como os de autoria de Frei Vicente do Salvador, Antonil, Pedro Taques, Frei Gaspar da Madre de Deus, entre outros, essa elevada diretriz, dizíamos, prossegue em mãos de seus sucessores.

Põem êles a seu serviço o contínuo aperfeiçoamento da técnica de sua grande emprêsa uma das mais notáveis do país, desnecessário se torna lembrá-lo.

Incansável serviçal da difusão do livro brasileiro de honesto quilate, foi o prezadíssimo amigo José Alves Dias o portador de nossa sugestão ao Sr. Günther Klusemann, gerente-geral.

Aceitou-a êste, fortemente interessado na realização do projeto, trazendo-lhe o apoio da larga competência de técnico de bom gôsto.

A ambos os nossos agradecimentos. É-nos sobremaneira grato ver impresso êste ensaio, realizador de projeto que muito tivemos a peito objetivar, nos longos anos de diretorado do Museu Paulista.

Todo o esfôrço pusemos em reunir, no Palácio do Ipiranga, o mais considerável documentário evocador do passado da cidade capital das Bandeiras dilatadoras do Brasil.

Se pouco pudemos alcançar devemo-lo à escassez dos recursos materiais nunca à diminuição do contínuo interêsse.

Assim, com real júbilo, vemos concretizado antigo desejo com a publicação dêste ensaio, nas imediações da efeméride quadricentenária e gloriosa de 25 de janeiro de 1954.

AS MAIS VELHAS PLANTAS DE SÃO PAULO

DOS dois e meio primeiros séculos de existência de São Paulo, de 1554 a 1808, não consta exista atualmente um único documento topográfico desvendado.

O primeiro de que temos conhecimento revela, em muito pequena escala, aliás, parte apenas do arruamento do centro da capital paulista. E' o que ocorre na grande planta estradal entre São Paulo e Cubatão, levantamento do Caminho do Mar efetuado pelo então Segundo-Tenente do Real Corpo de Engenheiros, Rufino José Felizardo e Costa.

A documentação do período de govêrno de Bernardo de Lorena revela-nos a existência de um "plano topográfico da cidade" que êste Capitão-General ofereceu à Municipalidade em junho de 1792. Estava anexa a um projeto de urbanização "para a continuação de novas ruas". Seria provàvelmente da autoria do ilustre engenheiro militar João da Costa Ferreira.

Até agora, porém, não apareceu êste tão importante documento da primeva cartografia paulistana.

Nascido, segundo parece, em Portugal, em 1784, era Rufino Felizardo, em 1802, porta-bandeira de um dos regimentos de linha da guarnição paulistana.

Como um de seus auxiliares tomou-o Costa Ferreira, que à cidade e à capitania prestou os mais elevados serviços como construtor, urbanista e cartógrafo. Foi o autor do primeiro grande chafariz público da cidade, do empedramento da Serra do Cubatão, a *Calçada do Lorena,* obra para a época sobremodo notável. Renovou o calçamento da cidade de São Paulo, melhorou a facies das suas edificações e a sua pintura geral, merecendo do Senado da Câmara uma atestação de serviços a mais elogiosa, muito fora da secura das normas do tempo.

Era o chefe de um grupo de engenheiros militares valorosos como Antônio Rodrigues Montesinho, excelente cartógrafo cujo mapa da capitania, em 1791, foi um dos maiores elementos da vitória do Barão do Rio Branco no pleito das Missões. Ao seu lado citemos Cândido Xavier de Almeida e Sousa, falecido coberto de serviços relevantes, e Daniel Pedro Müller, nome digno de todo o aprêço como engenheiro construtor, cartógrafo e patriarca da estatística em terras de São Paulo.

É provável que Rufino Felizardo haja levantado a planta da cidade em 1807 por ordem de Costa Ferreira.

O original dêste mapa pertence ao Museu Paulista, em virtude de generosa dádiva do Coronel José Carlos da Silva Teles, neto do autor, oficial superior de grande mérito, do Exército Nacional e Comandante da Fôrça Pública do Estado.

Nesta planta se notam enxertos de ignota autoria e já antigos.

Radicou-se Rufino Felizardo em São Paulo onde, em 1813, desposou D. Ana da Silva Teles, filha de Jaime da Silva Teles, um dos mais conspícuos cidadãos paulistanos de seu tempo.

Servindo com Daniel Pedro Müller, prestou valiosos serviços em diversas comissões. O desempenho dado à reparação dos fortes do litoral, em Santos e na Bertioga, valeu-lhe a promoção a Primeiro-Tenente.

Em 1821, demitindo-se Frederico Guilherme de Varnhagen da diretoria da Fábrica de Ipanema, foi-lhe entregue a chefia do estabelecimento. Exerceu-a durante três anos, já então Capitão do Real Corpo de Engenheiros.

Partira enfêrmo para Ipanema. O insano trabalho a que se condenou dentro em breve o inutilizaria. A 9 de agôsto de 1824 falecia em São Paulo aos quarenta anos incompletos.

Menos de vinte anos após o seu desaparecimento, houve quem se lembrasse de imprimir a sua segunda planta, a de 1810, incumbindo-se de o fazer um gravador do Rio de Janeiro, M. J. Cardoso.

Não está datada tal impressão. Em seu letreiro se conta que em 1841 se reproduziu a planta "levantada em 1810 pelo Capitão de Engenheiros Rufino José Felizardo e Costa, copiada com tôdas as alterações".

Quando terá sido impressa? É o que não sabemos dizer.

Em tôrno de um retângulo central consagrado ao *Mapa da Imperial Cidade de São Paulo* há uma série de aspectos dos principais edifícios da capital paulista.

Quem teria sido o autor desta modernização da planta de Felizardo é o que não sabemos. Talvez Daniel P. Müller, no último período da fecunda existência (1769-1842).

Entretanto, êstes toscos desenhos recordam muito as preciosas aquarelas de Miguel Benício Dutra, o modesto e precioso pintor ituano, datadas de 1835 em diante.

As plantas que aqui apresentamos bem evocam o que era, na primeira metade do século XIX, a cidade de São Paulo, pequeno núcleo de duas escassas dezenas de milhares de almas.

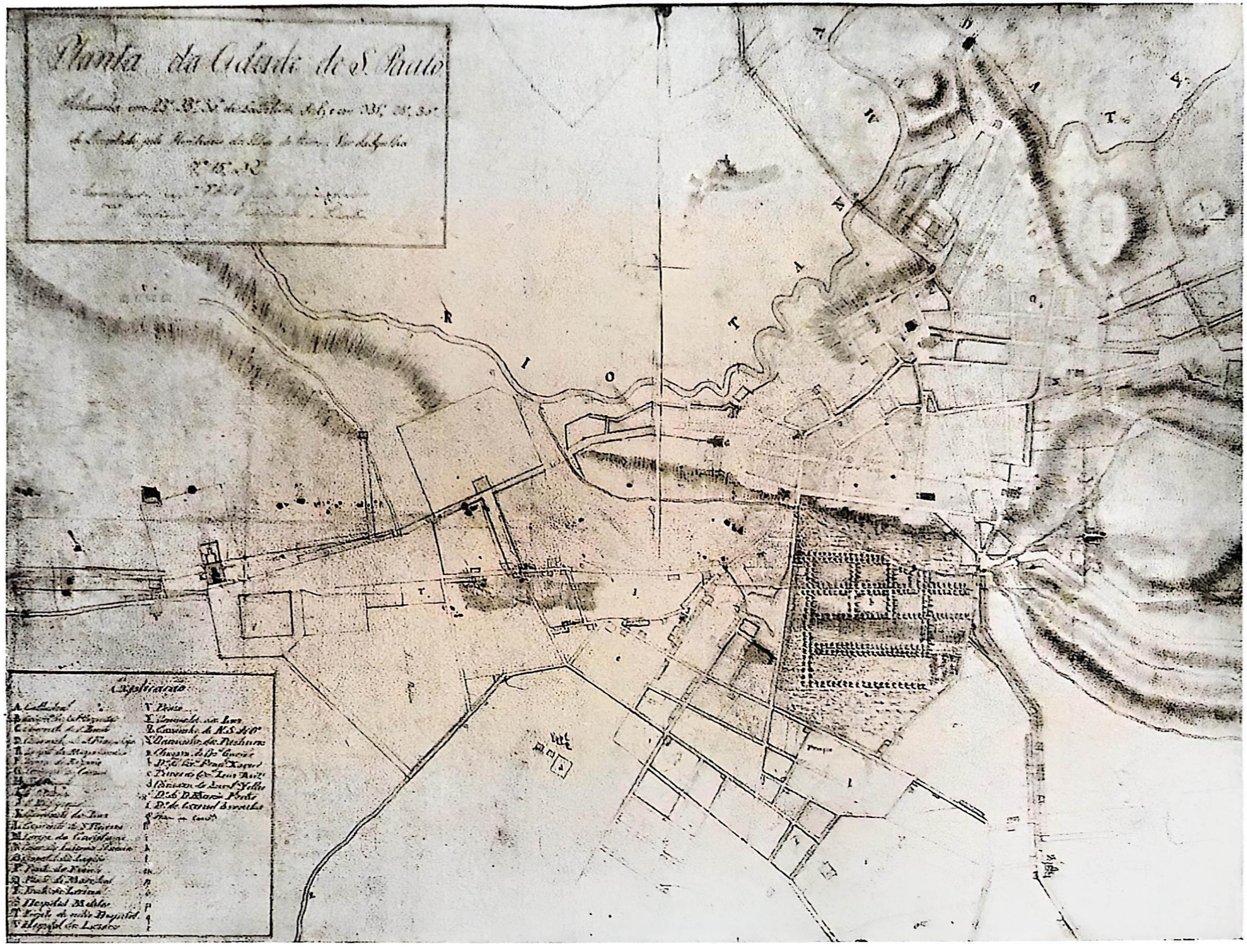
Em 1836, segundo o preciosíssimo *Ensaio de um Quadro Estatístico da Província de São Paulo,* da lavra de Daniel Pedro Müller, havia nas três paróquias, Sé, Brás e Santa Ifigênia, 9 391 almas em população aglomerada e 12 542 nas diversas sete freguesias do seu têrmo. As mais próximas, Penha e Ó, contavam 2 965.

Data de 23 de maio de 1583 o primeiro documento oficial relativo a um cômputo censorial.

Álvaro Neto, Procurador do Concelho, declarava que a vila passava de cem moradores, o que nos leva a supor uns cento e poucos fogos ou famílias e umas mil e quinhentas pessoas, aí se incluindo os escravos. Em 1591 calculava-se em 140 o número de moradores.

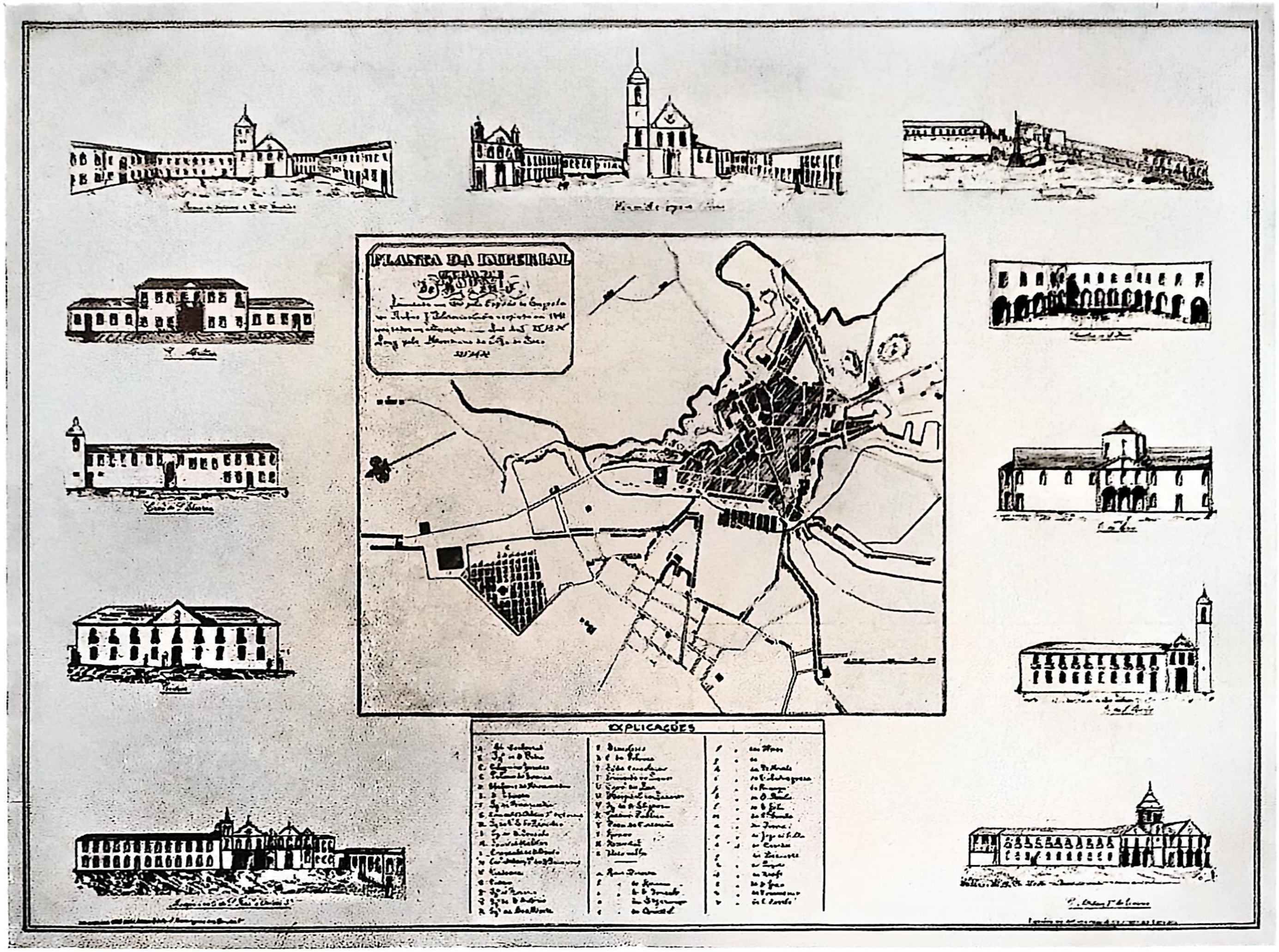
Ao findar o século XVI havia 210 fogos. Em 1660 calculava Salvador Correia de Sá e Benevides a população branca paulistana em três mil e quinhentas almas. Orçaria por cinco ou seis mil no alvorecer do século XVIII.

Os primeiros recenseamentos de certa valia foram os procedidos pelos Capitães-Generais, a partir do Morgado de Mateus em 1766. Mas assim mesmo mostram-se sobremaneira defeituosos. De algumas destas operações censitárias estão ausentes as crianças e os servos. É de crer que a população aglomerada de São Paulo fôsse ao despontar do século XIX de umas dez mil almas.



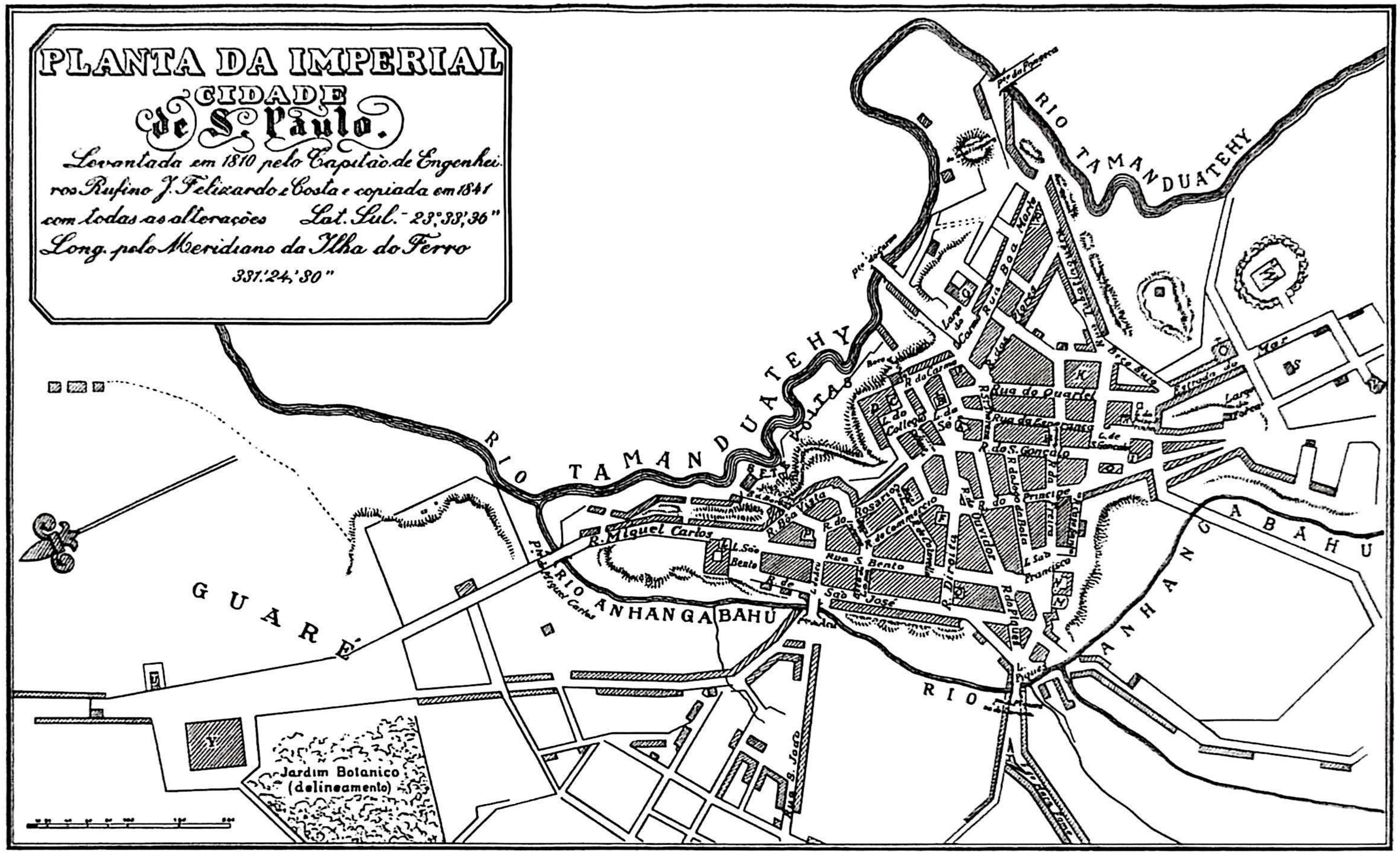
PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO 1810.

A = Catedral, B = Colégio Ext. dos Jesuitas, C = Convento de São Bento, D = Convento de São Francisco, E = Igreja da Misericórdia, F = Largo do Rosirio, G = Convento do Carmo, H = São Gonçalo, I = Santo Antônio, J = Santa Ifigênia, K = Convento da Luz, L = Convento Santa Teresa, M = Igreja da Consolação, N = Casa da Câmara e Cadeia, O = Quartel da Região, P = Ponte da Franca, Q = Ponte do Marechal, R = Ponte do Lorena, S = Hospital Militar, T = Projeto de outro hospital, U = Hospital dos Lázaros, V = Pouso, X = Caminho da Luz, Z = Caminho Nossa Senhora do O', Y = Caminho de Pinheiros, a = Chácara do C.el Gavião, b = D.a do C.el F.co Xavier, c = Terras do General Luís Antônio, d = Chácara Sanatos Velho, e = D.a de D.e Maria Fontes, f = D.a do General Arouche, g = Hospital em construção.



PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO 1810.

A = Sé Catedral, B = Igreja de São Pedro, C = Colégio dos Jesuítas, D = Chafariz da Misericórdia, E = Santa Teresa, F = Igreja da Misericórdia, G = Convento da Ordem do Carmo, H = Igreja Nossa Senhora dos Remédios, I = Igreja de São Gonçalo, K = Quartel Militar, L = Convento de São Bento, M = Convento da Ordem 3.ª de São Francisco, N = Academia, O = Cadeia, P = Igreja do Rosário, Q = Igreja Santo Antônio, R = Igreja Boa Morte, S = Cemitério, s = Largo da Pólvora, T = Pirâmide do Piques, U = Convento da Luz, u = Hospital de Lázaros, V = Igreja Santa Ifigênia, X = Jardim da Luz, Y = Casa de Correção, y = Rancho, n = Hospital, Z = Sítio Velho, a = Rua Direita, b = Rua do Rosário, c = Rua S. Gonçalo, d = Rua Esperança, e = Rua do Quartel, f = Rua das Flores, g = Rua das Flores, h = Rua Boa Morte, i = Rua Tabatingüera, J = Rua do Príncipe, k = Rua de S. Bento, l = Rua São João, m = Rua da Casa Santa, n = Rua da Freira, o = Rua do Jôgo da bola, p = Rua do Ouvidor, q = Rua da Boa Vista, r = Rua do Piques, s = Rua do Recife, t = Rua São João, u = Rua do Comércio, v = Rua do Cotovêlo.



Ampliação da carta antecedente realizada por Paulo Cursino de Moura com a localização das ruas.

A Várzea do Carmo em 1855. Óleo de J. Wasth Rodrigues, segundo original anônimo. Coleção do Museu Paulista.

Em 1766 recensearam-se no têrmo da cidade 3 828 pessoas e 833 fogos. Em 1777, 4 409; em 1794, 9 359. Em 1816, 15 382. Em 1818, 24 024, das quais 11 361 nas freguesias urbanas e 12 663 nas demais.

Em 1874 havia, segundo Azevedo Marques, nas quatro freguesias da Sé, Brás, Santa Ifigênia e Consolação, 19 347 habitantes, na Penha e no Ó 3 906, o que atribuía à cidade menos de 24 000 habitantes. No entanto o censo nacional de 1872 dera-lhe 26 020 almas.

Viviam nas paróquias de Guarulhos, São Bernardo e Juqueri 8 111, donde a cidade e seu têrmo contavam em 1874, 31 634 habitantes.

Passou a população paulistana a 47 697 almas em 1886, a 64 934 em 1890, a 130 775 em 1893.

Fôra o café o determinante dêsse surto já tão considerável que no século XX tomaria proporções extraordinárias, com o enorme desenvolvimento do parque industrial da cidade. Em 1916 avaliava-se a população em 484 901 e em 1920 o censo nacional acusava a presença de 579 033 habitantes. Em 1935 recenseavam-se 1 060 120. O censo de 1940 arrolou 1 318 519 e o de 1950, 2 200 000 almas.

Em 25 de março de 1693 endereçou Antônio Pais de Sande, governador do Rio de Janeiro, ao Conselho Ultramarino, um relatório sôbre as minas do Brasil, em que refere uma profecia de José de Anchieta corrente na Colônia, em seu tempo. Viria S. Paulo a ser a maior cidade da América do Sul.

A FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO E O COLÉGIO JESUÍTICO

NÃO há quem ignore que o primeiro núcleo civilizado, oficial, do Brasil foi por Martim Afonso de Sousa estabelecido em São Vicente a 22 de janeiro de 1532, por ordem de Dom João III.

Em terra paulista encontrou o Capitão-Mor enraizados diversos portuguêses e espanhóis. Entre os primeiros dois homens de destaque um sobretudo, de extraordinário relêvo, João Ramalho, residente no planalto, e outro Antônio Rodrigues, vivendo no litoral.

Em 1549 chegavam à Bahia os primeiros jesuítas vindos de Portugal com Tomé de Sousa, primeiro Governador-Geral do Brasil. Dirigia-os um homem superior que iria realizar extraordinária obra, o padre Manuel da Nóbrega. Em novembro dêste ano, Provincial do Brasil, despachava os seus irmãos de roupeta a São Vicente onde, em 1550, se fundou um colégio da Companhia de Jesus.

Intensa começou logo a obra catequística dos inacinos, em que tanto se distinguiu o incansável Padre Leonardo Nunes, o *Abarebebé* ou *Padre Voador* como lhe chamavam os índios.

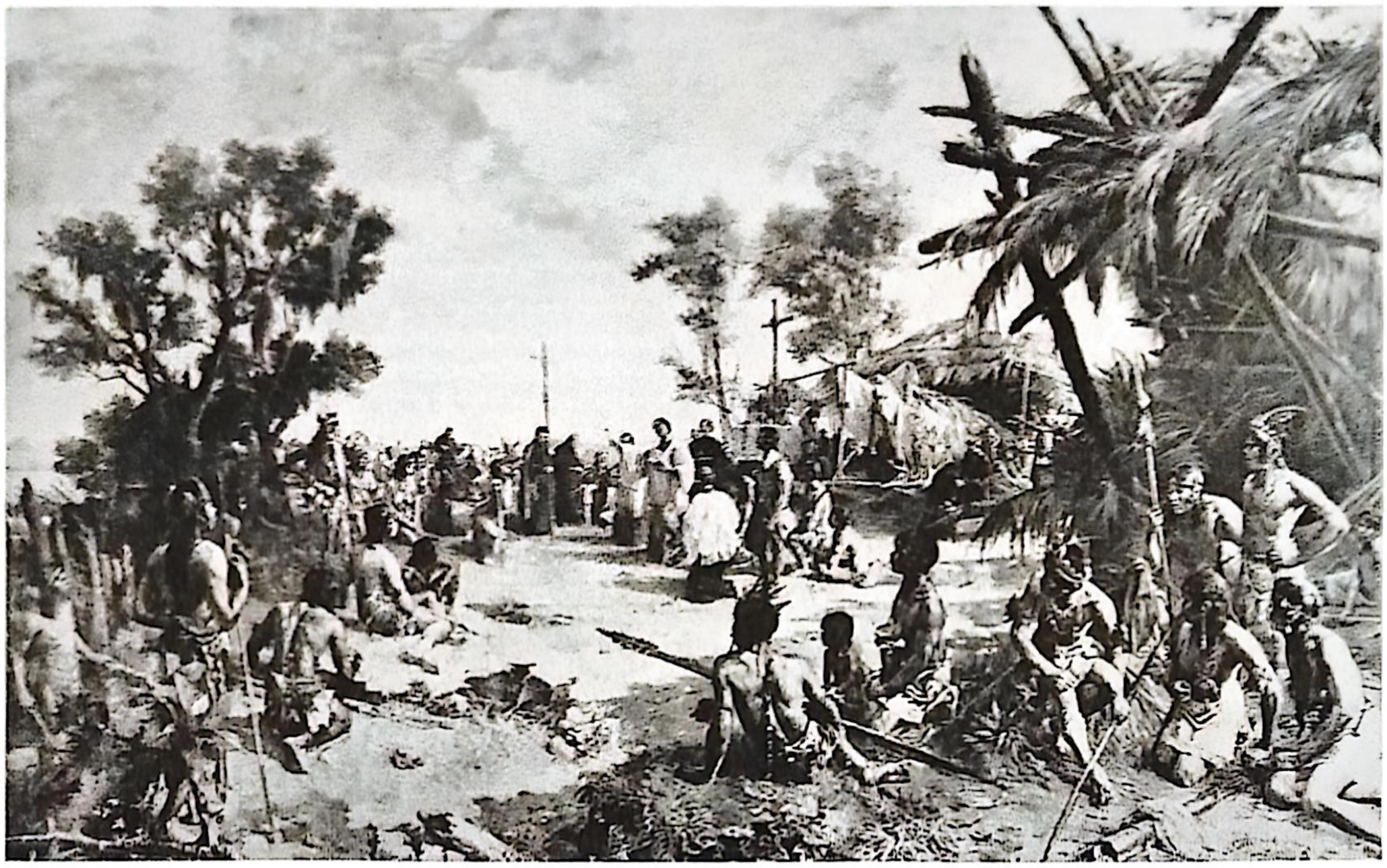
Em 1553 concedeu Tomé de Sousa o predicamento de vila ao arraial de Santo André da Borda do Campo e neste mesmo ano Nóbrega resolveu, provàvelmente por instigação do *Abarebebé,* estabelecer segundo colégio, agora nos campos de Piratininga.

A 30 de agôsto de 1553 estabeleceu, pessoalmente, uma sede provisória para os seus confrades em ponto cuja situação se desconhece e para servir de base à projetada fundação definitiva cujo local foi cuidadosamente escolhido.

Aí, a 25 de janeiro de 1554, dia consagrado pela Igreja à conversão do Apóstolo das Gentes, ocorreu a inesquecível cerimônia assinaladora da existência do novo Colégio de São Paulo, e primeira efeméride dos fastos paulistanos.

Na eminência dominadora do curso do Tamanduateí despontou a célula-mater da metrópole que quatro séculos mais tarde se contaria entre as maiores aglomerações urbanas do Globo.

Superior da nova Missão era o Padre Manuel de Paiva, parente de João Ramalho. Coube-lhe celebrar o sacrifício incruento pelo qual, no mais tôsco altar, abrigado por pequeno alpendre de palha, se encetou a vida piedosa e civilizada da dentro em poucos anos vila de São Paulo do Campo de Piratininga. Na opinião do ilustre historiador da Companhia de Jesus em terras do Brasil, Padre Serafim Leite, é quase insuperável dificuldade organizar-se a lista definitiva dos companheiros de Manuel de Paiva, co-fundadores de São Paulo.



Fundação da cidade de São Paulo. Quadro de Oscar Pereira da Silva. Museu Paulista.

Em julho de 1554 viviam em terras vicentinas dezesseis inacinos distribuídos por São Vicente, Piratininga e as missões efêmeras de Maniçoba (na região ituana) e Jeribatiba, nas vizinhanças de Santo André.

Segundo parece, assistiram à missa de 25 de janeiro os Padres Leonardo Nunes, Vicente Rodrigues e Afonso Brás e os irmãos José de Anchieta, Gregório Serrão, Manuel de Chaves, Pêro Correia, Diogo Jácome.

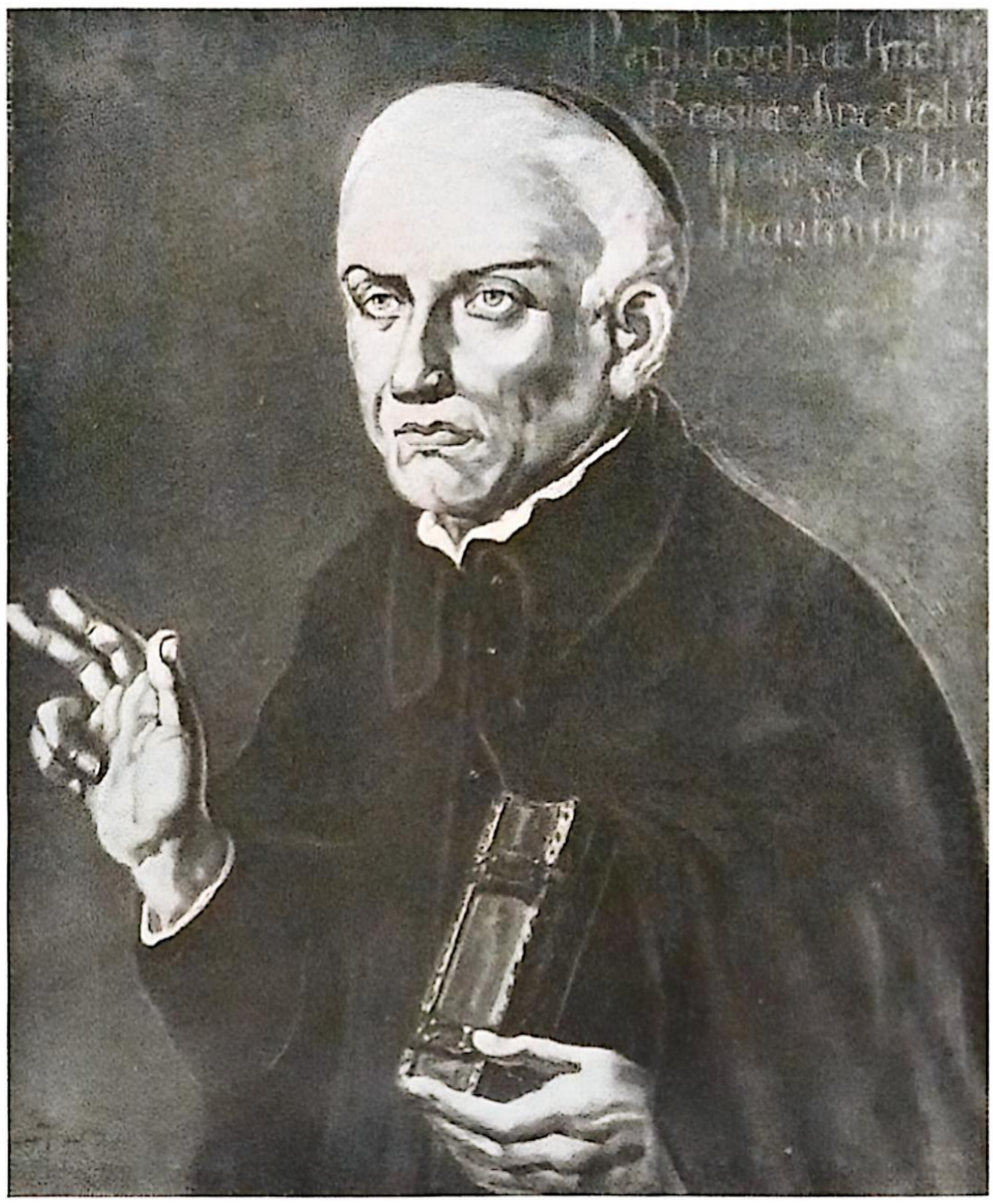
Vizinhos do novo colégio de São Paulo viviam os caciques guaianases Tibiriçá e Caiubi, cuja amizade os jesuítas conquistaram.

A taba do primeiro localizava-se, segundo a tradição, no terreno onde depois se erigiu o Mosteiro de São Bento.

Representaria êle papel da máxima relevância nos primeiros anos da vida de São Paulo. Ajudou a construção da casinha tôsca dos missionários onde trabalhou com as próprias mãos e sobretudo culminou a sua atuação, quando, em julho de 1562, defendeu a existência da nascente vila, com a maior bravura, eficiência e fidelidade contra as hostes da chamada Confederação dos Tamoios, num assalto em que quase soçobrou a fundação nobregueana.

Extraordinàriamente apegado aos jesuítas, tributaram-lhe êstes, quando de seu falecimento, no dia de Natal dêste mesmo ano de 1562, "a maior homenagem que aos seus amigos fazem, ainda que sejam reis", escreveu Serafim Leite ao relatar que lhe deram sepultura no solo de sua capela.

A Tibiriçá se atribui o epíteto glorioso de primeiro cidadão de São Paulo, não havendo quem ignore que por sua filha Isabel, mulher de João Ramalho, é êle o patriarca vermelho da gente de São Paulo povoadora do Brasil Central em descendência hoje enorme.



Anchieta. Quadro de Oscar Pereira da Silva, no Museu Paulista, segundo um original da igreja do Gesu em Roma.

Procurou Oscar Pereira da Silva, em quadro popularizadíssimo evocar a cena da manhã de 25 de janeiro de 1554. Foi sobremodo feliz nesta composição, tela de grandes dimensões cujo original pertence ao Museu Paulista. É dos melhores documentos da vasta e bela obra do notável pintor brasileiro.

Representa o momento em que Manuel de Paiva deita a bênção ao terreno onde se erguerá o edifício do Colégio, antes de encetar a missa, no tôsco altar encimado pela cruz que o assinala.

O quadro é ótimo como tonalidade, expressão e movimento das figuras e a beleza da profunda perspectiva sôbre a várzea do Tamanduateí.

Em pobre casinha de barro e pau-a-pique coberta de palha, com quatorze passos de comprimento e dez de largura, ao mesmo tempo refeitório, dormitório, cozinha, despensa, enfermaria e escola, segundo o depoimento anchietano, instalaram-se os componentes da missão que acabava de realizar a fundação de São Paulo.

A ela se anexava a mais tósca das capelas, onde se encetaram os atos da catequese pela qual os abnegados fundadores e os seus sucessores levaram avante a formidável obra de evangelização, civilização e cultura, perdurável por duzentos e poucos anos.

O Colégio e sua Igreja em 1818, segundo desenho original de Ender. É o documento iconográfico mais antigo que do edifício se conhece.

Assim principiou a história de um dos edifícios mais justamente famosos de todo o Brasil, referta de lances de elevado vulto.

Já em 1585 melhorara muito; dispunha de oito cômodos de sobrado, forrados, e de ofi-cinas bem acomodadas.

A igreja ainda era pequena mas dispunha de relíquias preciosas, como um fragmento do Santo Lenho e de órgão ou "realejo" como no tempo se dizia.

Até 1640 pouco parece terem-se avantajado o Colégio e sua Igreja. A êle os velhos documentos se referem chamando ao seu conjunto Mosteiro do Senhor São Paulo. Mas em 1611 passou o Apóstolo das Gentes a ser o orago de igreja matriz de vila por decisão do Prelado do Rio de Janeiro.

Grande amigo da Companhia de Jesus foi o notável Governador-Geral D. Francisco de Sousa, o incansável propulsor dos paulistas ao Sertão.

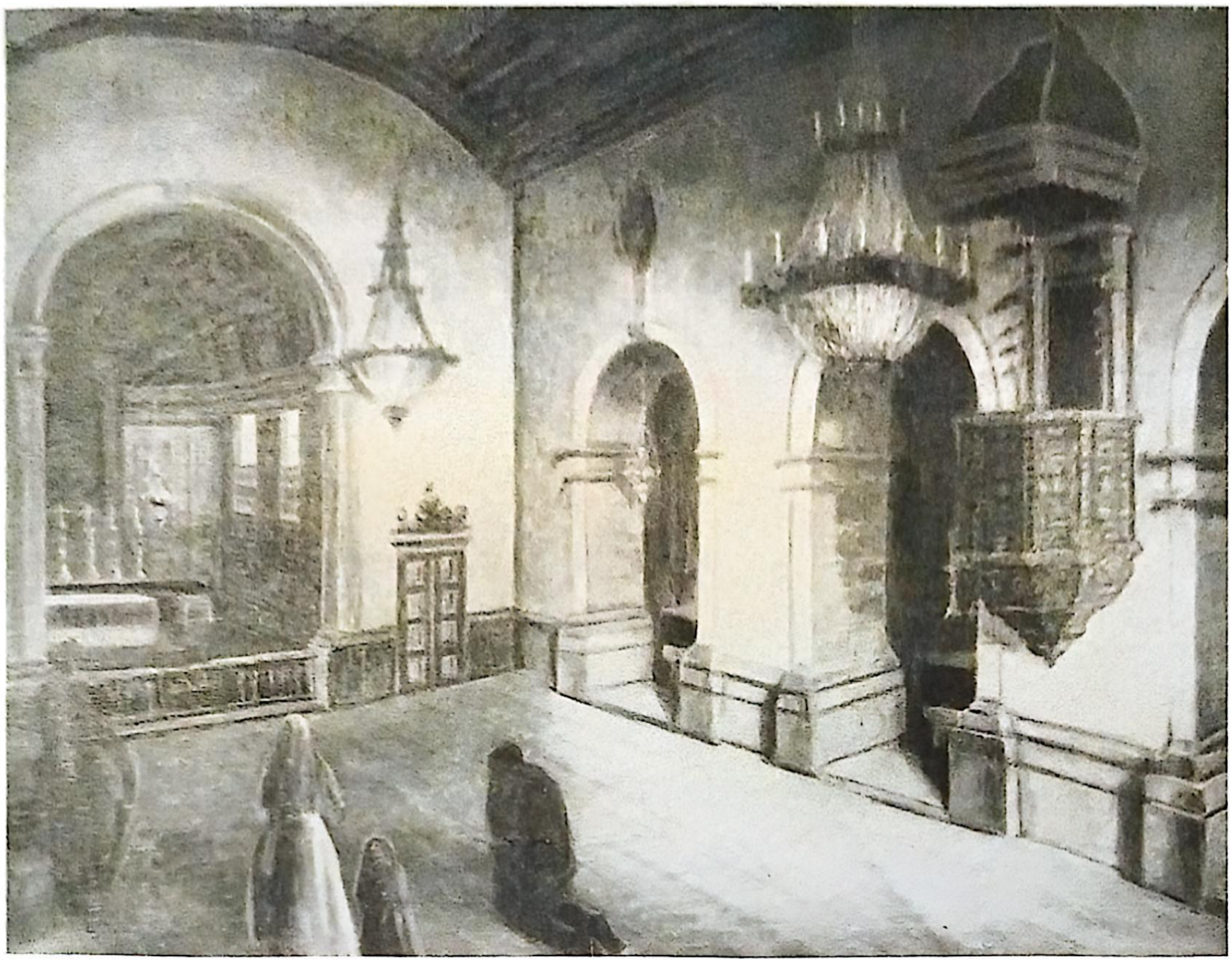
Com a sua morte começaram as dissenções entre êles e os jesuítas.

Já em 1611 cenas violentas ocorreram a propósito da servidão dos índios. Estiveram os inacinos a pique de serem expulsos do seu Colégio.

A 10 de junho de 1612 novo e mais violento conflito se renovou, provocado pelo mesmo motivo.

Negaram Câmara e povo aos inacinos o direito a qualquer intromissão no govêrno das aldeias dos índios, pois os reis só lhes haviam concedido a administração espiritual dos autóctones.

Recuaram os padres, a cujo Colégio levaram irados protestos os oficiais da Câmara, com o juiz ordinário, Jusepe de Camargo, à testa e grande número dos principais homens bons republicanos e da governança da terra.



Igreja do Colégio; o Altar-Mor. Óleo de D. Maria Cecília Pinto Serva, segundo fotografia de 1896. Coleção do Museu Paulista.

Desde muito, vinha-se agravando a incompatibilidade dos paulistanos com os sucessores de seus fundadores. Prosseguiram depois do embate de 1612 como em princípios de 1621, quando o Padre Reitor, Francisco Pires, requereu da Câmara uma certidão de "como os padres da Companhia, da vila e da Capitania, jamais haviam vendido peças do gentio da terra, nem trocado ou escambado".

Agravou-se, e muito, a tensão depois de 1628, quando a grande bandeira de Manuel Prêto e Rapôso Tavares trouxe do Guairá grande número de cativos das reduções inacinas. Depois de vários incidentes houve o assalto, em 1633, da aldeia jesuítica de Barueri pelos adversários da Companhia chefiados por Antônio Rapôso Tavares.

A incompatibilidade culminou com os acontecimentos de 1640, sendo os jesuítas expulsos do seu Colégio por pretenderem fazer com que o recente breve do Papa Urbano VIII sôbre a liberdade dos índios fôsse obedecido.

Treze anos duraria êste exílio. Com a retirada e ausência dos seus proprietários ficaram seu Colégio e Igreja sobremaneira danificados.

Em 1653 faziam os jesuítas as pazes com os adversários, mercê, sobretudo, da intervenção de Fernão Dias Pais.

Interior da Igreja do Colégio — Côro —. Óleo de D. Maria Cecília Pinto Serva; segundo fotografia de 1896. Coleção do Museu Paulista.

Assim, ao serem reintegrados, trataram logo de erguer colégio e igreja novos.

Foram edificados durante o reitorado do Padre Lourenço Cardoso (1667-1671).

"Com grande trabalho, indústria e diligência ergueu, desde os alicerces, a nova e magnífica igreja que dá à Vila de São Paulo não pequeno esplendor". Mas ainda sem tôrre, que esta se construiu de 1683 em diante, sob o reitorado do Padre Manuel Correia. Do seu noviciado subsiste uma planta, o mais velho documento dêste gênero hoje subsistente e a que divulgou o Padre Serafim Leite.

Novo e gravíssimo conflito estalou em 1683 entre os jesuítas e os paulistanos. Estiveram aquêles novamente na iminência de abandonar o seu já mais que secular Colégio.

Acomodando-se a questão trataram da reforma completa do cenóbio, cujos alicerces haviam cedido, arruinando tôda a fachada do edifício.

Prestigiados por alguns republicanos de grande prestígio, como Pedro Taques de Almeida, Capitão-Mor da Capitania, seu primo, o creso seiscentista, Padre Dr. Guilherme Pompéu de Almeida e o grande bandeirante Lourenço Castanho Taques, receberam ainda valiosos subsídios de duas opulentas matronas: D. Ângela de Siqueira, mulher de Pedro Taques e da mãe desta, D. Leonor de Siqueira, viúva do ilustre sertanista Luís Pedroso Barros.

Pedra tumular de Afonso Sardinha, a mais velha conhecida no Estado de S. Paulo. Tradução do epitáfio: Sepultura de Afonso Sardinha e de sua mulher Maria Gonçalves.

Foi sobretudo D. Leonor quem "com muita parte de seu cabedal" concorreu para se fazer de pedra e cal a tôrre da Igreja, ao passo que a filha subsidiava as obras da fachada.

A reconstrução terminou em 1694 e um depoimento de 1701 conta que a Igreja era digna de se ver pela obra de talha dourada.

Os altares da igreja nova não coincidiam, porém, com os da velha.

Em 1654 havia, além da Capela-Mor, os altares de Nossa Senhora, São Francisco Xavier, Santa Úrsula ou das Virgens, padroeira dos estudantes.

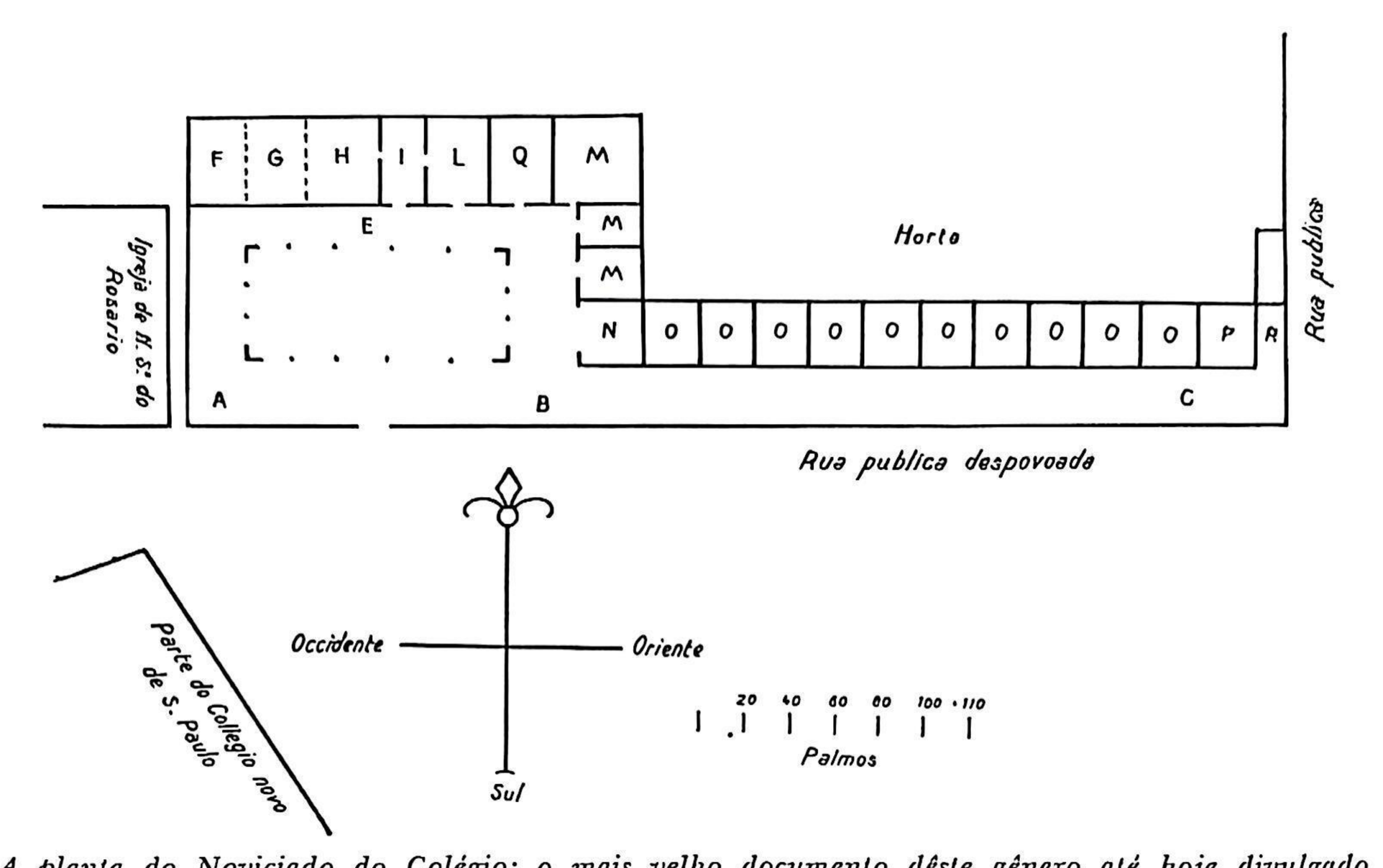
O Apóstolo do Oriente foi alvo de uma das maiores devoções paulistas coloniais. Outra e típica paulistana, era a das "nove velas". Consistia em acender no altar de Nossa Senhora nove velas para que voltassem a São Paulo, sãos e salvos, os bandeirantes entranhados na selva.

De 1741 a 1745 passou a igreja por grandes obras, pois suas paredes exigiam sérios reparos.

A 21 de outubro de 1745 reabriu-se ao culto com grande solenidade, a que concorreu tôda a cidade. Um dos altares renovado ficou reservado para o futuro culto a José de Anchieta cuja canonização se esperava para breve.

Sete eram os altares da Igreja do Colégio: o de Santo Inácio, na Capela-Mor, os da Boa Morte, Nossa Senhora da Graça, Nossa Senhora do Destêrro, Santa Úrsula e Santas Virgens, Nossa Senhora da Conceição e Bom Jesus.

Tinha a igreja sete arcos, sendo o da Capela-Mor de pedra de cantaria; os demais, os das capelas, estavam separados da nave por grades de madeira, de tijolos e cal. Dispunha de



A planta do Noviciado do Colégio: o mais velho documento dêste gênero até hoje divulgado e relativo a São Paulo.

dois púlpitos de madeira, abertos em talha, côro com três janelas envidraçadas e batentes de pedra.

A porta principal também tinha batentes de pedra lavrada. Eram quatro as tribunas, na Capela-Mor.

A tôrre quadrangular com oito sineiras erguia-se do lado do Evangelho, construída de pedra e coberta de telhas.

À igreja circundava um corredor pelo lado esquerdo da Capela-Mor pelos fundos e lado direito.

Media 22,66 m de frente e 46,64 m de fundo e era tôda de paredes de pedra, coberta de telhas, ladrilhada de tijolo em tôda a nave, exceto quanto à Capela-Mor, assoalhada e forrada.

No solo da nave assinalavam-se numerosas sepulturas de paulistas notáveis como fôssem Tibiriçá, Afonso Sardinha, o primeiro minerador de ouro no Brasil, João Pires que tanto relêvo teve nas lutas sanguinosas entre Pires e Camargos, o Padre Dr. Guilherme Pompéu de Almeida, o creso benfeitor da Companhia, etc.

A alguns túmulos recobriam lápides em que se inscreviam epitáfios como fôsse a de Afonso Sardinha, a mais antiga das que se conhecem no Estado de São Paulo e recolhida ao Museu Paulista, Padre Guilherme Pompéu, etc.

Foi no Colégio que se hospedou o primeiro bispo de São Paulo, D. Bernardo Rodrigues Nogueira, cuja entrada solene ocorreu a 8 de dezembro de 1746.

Ali residiu antes de ir para o seu modestíssimo Paço. E na Igreja jesuítica quis ter o túmulo.

A 3 de setembro de 1759 fazia Pombal promulgar a Lei que nos reinos e senhorios de Portugal abolia a Companhia de Jesus cujos membros foram declarados "desnaturalizados e infamados".

Obra de talha dos altares da Igreja do Colégio de São Paulo.
Serafim Leite, S. J. "História da Companhia de Jesus".

A 2 de novembro seguinte significou o Ouvidor-Geral Filgueiras à comunidade jesuítica a ordem régia para que despejasse o seu cenóbio, já então cercado por tropa de linha e da ordenança.

Ficaram os inacinos incomunicáveis em suas celas e duramente tratados, apesar dos protestos do bispo diocesano Dom Frei Antônio Galrão e da benevolência do ouvidor. Procedeu o delegado da Coroa, desembargador Custódio Salazar, com a maior aspereza em relação ao Padre Reitor, Lourenço Justiniano, e sua comunidade.

A 20 de janeiro de 1760 deixaram os jesuítas o seu bissecular colégio, a cuja existência se prendiam tantos nomes gloriosos. Alguns notabilíssimos, como os de Manuel da Nóbrega, o imortal fundador de São Paulo, Leonardo Nunes, Fernão Cardim, Manuel de Paiva.

Outros para quem os povos reclamam as honras dos altares como o Taumaturgo do Brasil, hoje venerável e canonizando, Pêro Correia e João de Sousa, confessores da Fé e protomártires da catequese em terra paulista.

Largo do Palácio e do Colégio em 1847. Original de Miguel Benício Dutra; de fundo fantasioso, no último plano. Coleção do Museu Paulista.

Outros, ainda, detentores de virtudes heróicas no mais alto grau como Belchior de Pontes e Estanislau de Campos ou escritores de renome como Alexandre de Gusmão e Simão de Vasconcelos.

Outros mais, escritores clássicos como Alexandre de Gusmão e Manuel da Fonseca e cronistas da valia de Simão de Vasconcelos. Resenha rápida a que encerra a recordação da inabalável firmeza do rol dos perseguidos, inflexíveis arrostadores das agruras, do exílio e do cárcere, onde vários pereceram.

Seguiram os deportados para Santos donde, incomunicáveis prisioneiros, seriam remetidos para Lisboa, como réus de crime comum.

Deu a sua saída ensejo a que a população paulistana em pêso lhes fizesse as maiores demonstrações de amizade.

À frente do seu cortejo, como achincalhe, marchavam cinco facínoras, algemados, e com destino ao cárcere santista. Percorreu o lúgubre préstito as principais ruas da cidade.

Narra um contemporâneo as cenas então ocorridas.

Os paulistanos, mau grado a opressão oficial, acudiam a beijar à porfia as mãos dos exilados, a pedir-lhes que os encomendassem a Deus. E como os soldados a alguns impedissem estas manifestações, "rompiam em pranto e outros sinais de dor".

Chegou o cortejo ao extremo da cidade e "ali se achava enorme multidão, quase tôda a gente dela, para dar o último adeus aos exilados".

Grande golpe ao mesmo tempo se desferia à instrução pública pois o Colégio fôra durante tôda a sua existência o único centro de cultura da Capitania, graças às aulas dos seus *Pátios*.

Já em 1640 ali funcionavam duas classes de Português com cem alunos e a de Latinidade com cinqüenta. Os *cursos de Letras e de Meninos* mantiveram-se até 1759.

Em 1708 abriu-se o de Teologia Moral, e do século XVII datava o de Filosofia.

O Colégio e o seu Pátio em 1860. Desenho do Barão de Tschudi.

Sôbre o que foi o ensino do Colégio há em Serafim Leite abundantes informações. E em Pedro Taques preciosos depoimentos.

Dispunha o Colégio de muito vultosa livraria reforçada pela do benfeitor o Padre Pompéu, a quem os inacinos haviam dado o título grandiloqüente de fundador, epíteto também outorgado a Amador Bueno da Veiga, o "cabo maior dos paulistas", que em princípios do século XVIII fizera ao Colégio vultosa dádiva.

Expulsos os jesuítas e confiscados os seus bens, foi-lhes o Colégio, em 1765, transformado em palácio dos Capitães-Generais Governadores de São Paulo. O Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho e Mourão, veio a ser o primeiro que nêle habitou. Até então não possuía a Coroa em São Paulo edifício algum para alojar os seus delegados.

Pouco antes de ali se instalarem os Generais, servira de residência episcopal, pois os bispos de São Paulo também então não tinham paço. Nêle morou D. Frei Antônio Galrão, de 1760 a 1764, ano em que faleceu.

Sôbre o antigo Colégio transformado em palácio governamental há diversos depoimentos dos viajantes estrangeiros, de princípios do século XIX.

Infelizmente, porém, nenhuma peça iconográfica subsiste, documentando o que seria qualquer de seus cômodos.

Nada sôbre o caso escreveu o inglês John Mawe, que, no entanto, ali assistiu, em 1807, a um baile dado pelo Capitão-General Franca e Horta. Assim também o sueco Gustavo Beyer, em 1813, presenciou festas dadas pelo Marquês de Alegrete, e festas que qualificou de esplêndidas, grande jantar oficial seguido de concêrto e brilhante baile.

Spix e Martius, em 1817, contentaram-se em assinalar que o Colégio tinha vultoso aspecto.

Em 1819 dizia Saint-Hilaire que o Palácio dos Capitães-Generais apresentava o aspecto conventual que lhe imprimira a antiga feição jesuítica.

Alguns salões enormes, muitas celas e um nunca acabar de corredores. Estavam as paredes pintadas com muito gôsto mas não decoradas. Havia pobreza de mobiliário mas muito asseio por tôda parte.

O Palácio da Presidência da Província de São Paulo e a Igreja em 1860.
Quadro de J. Wasth Rodrigues (Museu Paulista).

Descreve o ilustre botânico a festa a que nêle assistiu dada por Oeynhausen em honra ao aniversário natalício da rainha D. Carlota Joaquina, interminável banquete oficial em que ocorreram numerosíssimos brindes.

Eschwege também narra festas determinadas por Oeynhausen.

Hipólito Taunay, em 1820, escrevia que o fato de São Paulo ter sido fundado pelos jesuítas, indicava logo que a cidade dispunha de edifícios públicos vultosos, pois êstes padres eram grandes construtores. Mas não fêz, contudo, referência alguma especial ao Colégio.

A 23 de junho de 1821 foi êste o teatro de notabilíssimo incidente. Nêle se instalou o Govêrno Provisório de São Paulo em virtude do movimento popular instigado por José Bonifácio. Dava-se o primeiro passo do processo político em prol da constitucionalização do Reino Unido de onde decorreria a nossa Independência Nacional.

A 23 de maio presenciaria outro acontecimento notável a reação antiandradista chamada "Bernarda de Francisco Inácio" (de Sousa Queirós) que depôs os membros do Govêrno Provisório adeptos do Príncipe Regente D. Pedro.

Três meses mais tarde era êste quem entrava na cidade, recebido solene e entusiàsticamente, culminando com a sua presença o desfecho iminente do movimento libertador do Brasil.

À sua estada pontuaria uma série de incidentes ocorridos no Colégio, e populares na crônica paulistana, como o do cortejo em que o velho Capitão-Mor de Itu, Vicente Taques ofereceu bela repulsa da dignidade ofendida por legítima criançada do futuro primeiro imperador do Brasil.

Foi sob o teto do velho Colégio que o novo monarca brasileiro descansou, à noite de Sete de Setembro de 1822, das fadigas e emoções daquele dia extraordinário da cena do Ipiranga, das aclamações da entrada triunfal em São Paulo e da manifestação da Casa da Ópera.

A Igreja e o antigo Colégio onde então funcionavam o Palácio da Província, a Tesouraria Geral, o Correio Geral e as Coletorias (1862), segundo uma fotografia de Militão. Uma parada do corpo policial da Província.

Assim veio o antigo Colégio a ser a primeira sede do govêrno do Brasil Nação.

A 10 de setembro ao Rio de Janeiro voltava o, dentro em um mês, primeiro imperador do Brasil. Grande massa popular se aglomerara, desde a madrugada, no pátio do Colégio, para o ver partir.

Atravessou a cidade por entre alas de povo e sua "despedida foi um símile do triunfo com que em Roma eram recebidos os vencedores de guerra", narra o depoimento de uma testemunha ocular.

Nas vizinhanças de 1838 assistiu Daniel P. Kidder, o tão interessante viajante norte-americano, a sessões da Assembléia Provincial realizadas no segundo piso do velho casarão jesuítico, sessões em que conheceu a oratória de alguns homens públicos ilustres, tais como Antônio Carlos e Martim Francisco de Andrada, Vergueiro, Álvares Machado, Rafael Tobias de Aguiar, Azevedo Marques, o *Mestrinho,* etc.

De 1843 a 1850 serviu a igreja do Bom Jesus de Sé episcopal provisória por motivo de reparos da Catedral.

Numerosas repartições públicas alojaram-se longamente no antigo cenóbio, como a Secretaria e a Tesouraria da Capitania e da Província, único aparelhamento administrativo do tempo, mais tarde desdobrado nas Secretarias de Estado, o Correio-Geral, etc.

Projeto para o novo Palácio de Presidência de Província.
Litografia de Júlio Martin. Ao alto do pórtico do edifício existia a seguinte inscrição:
"Hoc opus Senator Florencio C. de Abreu e S.ª erexit".

Com a subdivisão exigida pelo desenvolvimento extraordinário dos serviços públicos, ali permaneceram o Palácio do Govêrno, morada dos Presidentes, e a Secretaria do Interior, filha primogênita da antiga Secretaria da Província.

As mesmas paredes ainda abrigaram o primeiro ensaio de Museu oficial instaurado em terra paulista, tentativa aliás modestíssima. Durante assaz longos anos também funcionaram no Colégio as classes da primeira Academia de Belas-Artes existente em São Paulo.

A 7 de abril de 1881 assumiu a presidência da Província de São Paulo o Dr. Florêncio Carlos de Abreu e Silva, senador do Império. Pouco governaria. Gravemente enfêrmo, passaria o poder ao Vice-Presidente, então Conde de Três Rios, a 5 de novembro seguinte.

Em sua curtíssima administração, de menos de sete meses, entendeu transformar por completo o Palácio da Presidência.

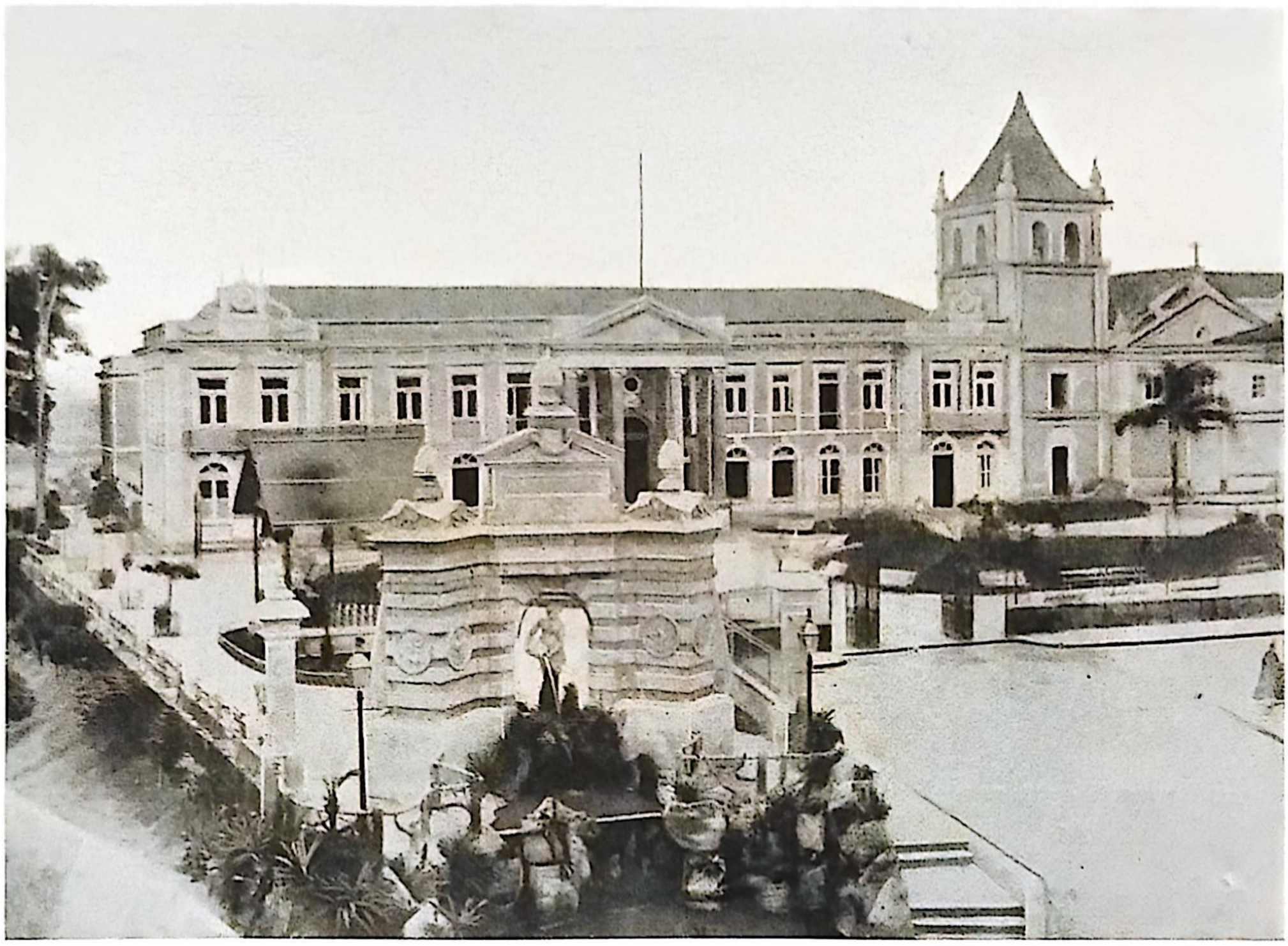
Assim mandou, em julho e agôsto de 1881, derribar o grande lance perpendicular à Igreja do Colégio e impôs ao frontispício daquilo que restou, arquitetura de duvidoso gôsto, e em perfeito desacôrdo com a fachada do velho templo inacino. Fê-lo aliás sob veementes protestos da imprensa e de muitos cidadãos.

Das obras de Florêncio de Abreu datam, pois, as características do edifício da atual Secretaria da Educação, que se pretende, aliás, demolir.

A inscrição dominadora do pórtico inscrita à base do tímpano veio a ser modificada, passando do *Hoc opus Senator Florencio C. de Abreu e Sª erexit* para simplesmente *Govêrno do Estado de São Paulo.*

Levaram-se as obras de modo muito atabalhoado e tumultuário. Queixam-se os autores do tempo de tais processos, acremente, como se lê na monografia de Antônio de Toledo Piza sôbre a Igreja do Colégio.

A êsse tempo, à exceção do Tesouro Provincial, tôdas as demais repartições públicas funcionavam no velho palácio e nêle tinham os seus arquivos.



Palácio da Presidência da Provincia de São Paulo. Secretaria do Govêrno e Igreja do Colégio. Fonte ornamental (1887).

"A mudança dêstes foi feita por meio de galés que, sem a menor fiscalização ou ordem enchiam balaios de papéis, colocando-se os montões no largo donde eram levados ao seu destino em carroças de atêrro."

Tinha então o Colégio dois pavimentos com 82 metros de fachada sôbre a sua praça contando doze grandes salas de frente. Todos os seus cômodos eram assoalhados e forrados. Nêle havia paredes de pedra e de taipa e as janelas eram cento e cinqüenta e uma nas diversas faces dos lances. E as portas dando acesso ao edifício doze. Com a demolição das grossas e duras paredes tais baques ocorreram que surgiram na Igreja fendas no arco cruzeiro.

Em 1889 presenciou o Palácio a transformação do regime monárquico em republicano, tendo o último presidente da Província, General José V. Couto de Magalhães, entregue o poder à Junta Trina, composta de Prudente de Morais, Rangel Pestana e Coronel Mursa.

Várias modificações sofreu de 1889 aos nossos dias a velha praça fronteira ao cenóbio jesuítico, crismada em Largo do Palácio e hoje feliz e novamente designada pelo nome quase quadrissecular impôsto à célula-mater da cidade, Pátio do Colégio.

Assim se retirou o gradilzinho que circundava o jardinete da Praça onde em tempo vicejaram dois magníficos carvalhos; destruiu-se grande coreto e pretensa fonte monumental de estética muito relativa, pobre de material e fatura artística.

O Palácio da Presidência da Província e o jardim contíguo numa tarde de 1889.

A Igreja seguiu o destino do Colégio. Transformada em capela do Palácio, serviu de auditório à instalação da primeira e efêmera Academia de Letras de São Paulo, a dos *Felizes,* na sessão solene de 25 de agôsto de 1770, presidida pelo Capitão-General Morgado de Mateus, seu fundador.

Com o advento da República, escreve Serafim Leite, pensou-se em fazer da Igreja do Colégio a sede do Congresso Constituinte do Estado de São Paulo, não se levando a cabo tal intento, devido aos veementes protestos de D. Lino Deodato R. de Carvalho, então bispo de São Paulo. Foi o velho templo fechado. As missas nela celebradas findaram em 1890.

"Alvo da má vontade de muitos que o consideravam obsoleto, inestético, ao lado do novo palácio, deixou de ser conservado, murmurando-se até que havia quem procurasse, por meio de goteiras propositais, arruinar a segurança de suas paredes principais."

Na noite de 13 para 14 de março de 1896 desabou o teto que recobria a nave. Daí se seguiu a demolição da igreja e de sua tôrre. Nela existia grande sino cuja voz era popularíssima entre os paulistanos a quem avisava o toque de recolher às 9 da noite no verão e às 8 no inverno. Foi entregue à Catedral.

"Não foram alheias à derrubada da igreja tristes paixões humanas", comenta Serafim Leite.

A Igreja do Colégio em vésperas de seu desabamento, 1896. Quadro de Jonas de Barros. Coleção do Museu Paulista.

A Ladeira do Colégio ou rua Municipal em 1860, aberta na antiga "Horta do Colégio", hoje rua General Carneiro. Óleo de Benedito Calixto. Coleção do Museu Paulista.

Revolvido o seu solo e recolhidos numerosos despojos humanos, foram êles trasladados à Igreja do Coração de Maria em solene procissão de 1899. Acham-se atualmente depositados na cripta da nova catedral.

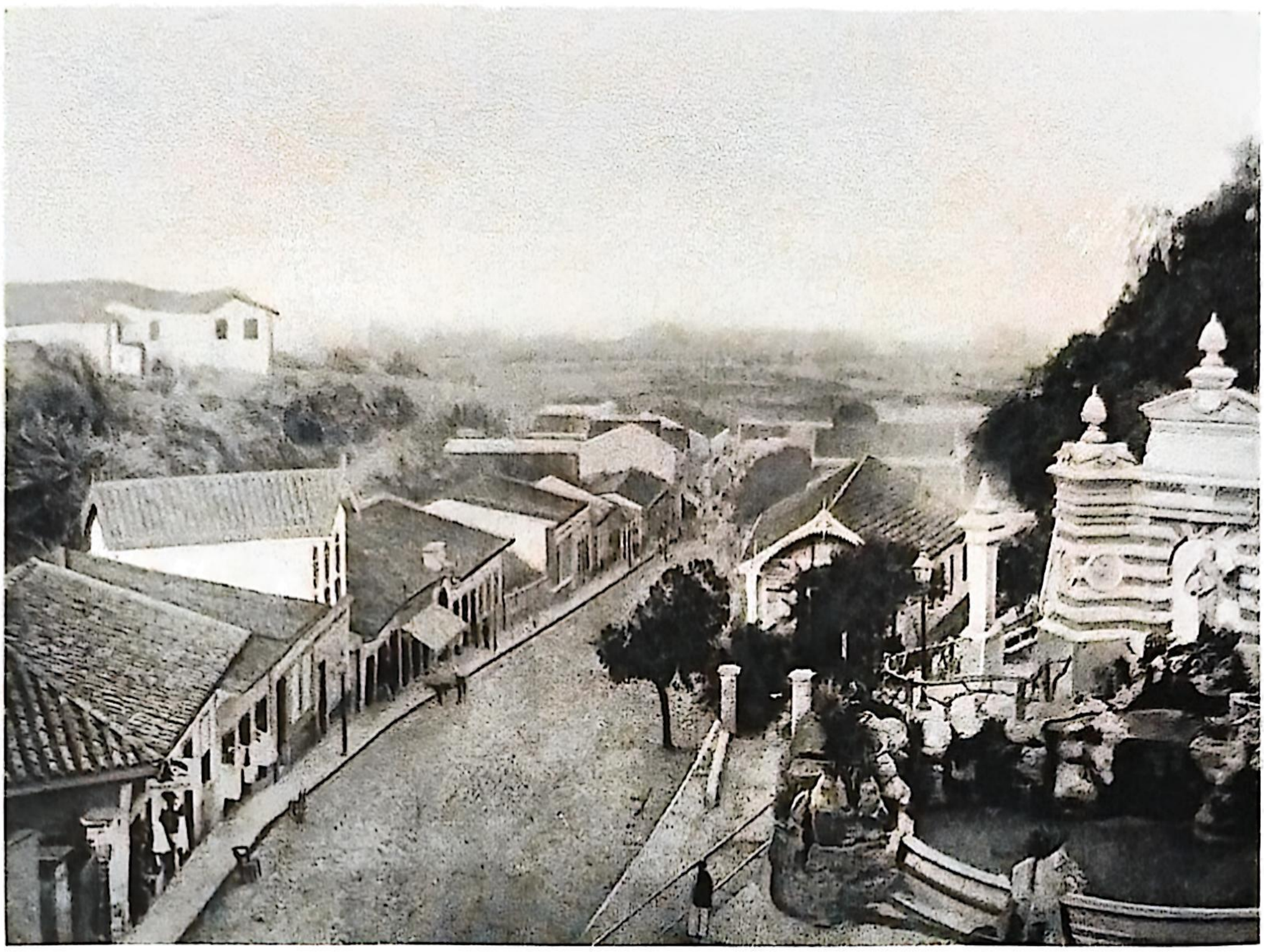
Em 1925, sobretudo, por instigação contínua de Adolfo Augusto Pinto erigiu-se no centro da praça fronteira ao Palácio, um monumento da autoria de Amadeu Zani, então em harmonia e hoje muito modesto em relação ao vulto da metrópole. Sua inscrição dedicatória traz: *Glória imortal aos fundadores de São Paulo.*

Em 1908 demoliu-se grande área do que restava do cenóbio inacino, na parte reservada à habitação dos presidentes.

. . . . . .

Circunstância que enobrece os fastos do quase quadrissecular edifício, do qual tão pouca coisa hoje resta, vem a ser que serviu de morada a nada menos de seis chefes de estado do Brasil.

Foi o paço de dois Imperadores e de uma Princesa Imperial, três vêzes regente do Império, e residência de três Presidentes da República.



A antiga rua Municipal, aberta em 1852, na antiga "Horta do Colégio" e mais tarde chamada João Alfredo e atualmente General Carneiro. Aspecto de 1887.

Em 1822, e por espaço de mais de uma quinzena, nêle se situou o centro da política nacional em época culminante da existência brasileira: a de sua constituição em Nação.

Além dêstes seis hóspedes excepcionais, nêle tiveram morada Bispos Diocesanos, Capitães-Generais, Governadores da Capitania, presidentes da Província e do Estado de São Paulo, de 1765 a 1908.

Extensa resenha que vem do Morgado de Mateus a Oeynhausen, Marquês de Aracati, do Visconde de Congonhas do Campo ao General Couto de Magalhães, de Prudente de Morais a Jorge Tibiriçá, abrangendo muitas dezenas de nomes entre os quais surgem alguns apelidos dos mais prestigiosos nos anais brasileiros.

A ANTIGA SÉ CATEDRAL DE SÃO PAULO

DURANTE longos anos não possuiu São Paulo igreja paroquial.

Em 1585 escrevia o ilustre Fernão Cardim: "A vila não tem cura nem outros sacerdotes senão os da Companhia".

Era a terra muito pobre e durante três decênios não puderam os paulistanos pensar em erigir a sua matriz. Em 1588, oficiais e povo "praticarão sobre o fazer-se a hygreja e todos forão de parecer que se faça hygreja matriz", reza o têrmo municipal de 7 de fevereiro.

"Aja viguayro e quagytor e hornamentos e sino e tudo o mais necesairo ao culto divino."

A 1.º de agôsto de 1591 consignavam os edis que os paulistanos aceitavam, jubilosos, como vigário, o Padre Lourenço Dias Machado, cuja paroquial provisória seria uma capela, mais tarde substituída por um "corpo de igreja edificada à custa do povo todo".

Em 1594, a 7 de fevereiro, da Câmara ouviu o Padre Machado que em maio começariam as obras de seu tôsco templo "estando o povo prestes para isto".

Correram os anos e não se construiu a matriz. A 30 de maio de 1598 concertaram os oficiais da Câmara mandarem fazer "corpo de igreja e capela matriz".

E realmente, então encetaram-se as proteladas obras que, ainda em 1600, se arrastavam.

É impossível afirmar-se onde se localizaria o pequenino templo.

Parece, contudo, que ocupava o mesmo lugar em que se achava a matriz de 1745 quando elevada à dignidade de catedral. É esta a afirmação de Azevedo Marques.

Nos primeiros anos do século XVII prolongou-se a construção do templo paroquial. O vigário Padre Lopes declarou à Câmara por volta de 1603 que êle estava fora do compasso. Em 1609, a primeiro de novembro, o Procurador do Conselho, Mateus Lopes, declarava aos seus pares e ao povo "em como estava a igreja matriz alevantada. Não lhe faltava mais que janelas e portas. Era necessário, para bem do povo, acabar-se, por não haver igreja e por já estar sagrada". Aventou então a idéia de se pedir ao Governador Dom Francisco de Sousa permissão "para se fintar o povo no que bastasse para feitio da dita igreja".

Apesar disto, continuavam as obras muito vagarosamente. Em março de 1613 cogitavam os Senhores oficiais de "fintar o povo sôbre se acabar a igreja para que se não perdesse o que ficava feito e para se pagar o que nisto se gastasse".

É difícil dizer-se quando realmente se concluíram as obras da primeira Matriz de São Paulo.

Era ela muito pobre, pois segundo um têrmo de 1657, nem dispunha de sino, valendo-se os vigários daquele que pertencia à Câmara.

Em fins do século XVII deveria estar bem mais aparelhada.

Vista da Sé em 1818, da autoria de Tomás Ender, a mais antiga que se conhece e até agora inédita.

Empenhava-se a Câmara em construir a tribuna do Santíssimo Sacramento na capela a que já alude um têrmo de 1654.

Na mesma ocasião se falava na necessidade da douração do retábulo do altar-mor.

Como construtores da paroquial aparecem nos documentos seiscentistas diversos personagens de grande destaque nos fastos primevos da vila, como os patriarcas Domingos Luís, o Carvoeiro, Bartolomeu Bueno, o Velho, Brás Teves, Gonçalo Madeira, Bernardo de Quadros, Jusepe de Camargo, Gonçalo Pires, Cornélio de Arzão, etc.

A vigairaria de São Paulo, nos dois primeiros séculos foi exercida por diversos clérigos que se notabilizaram nos anais paulistanos como fôssem os padres João Álvares, Diogo Moreira, Gaspar Sanches. Entre os de maior destaque citam-se o padre João Pimentel da Rocha, pároco em 1608, cujo estipêndio era de 23$920 anuais, mais tarde vigário da Sé do Rio de Janeiro, monge e abade de São Bento. Prestou relevantes serviços na reconstrução da matriz. Em 1611 ficou por decisão do prelado fluminense estabelecido que o orago da paróquia seria São Paulo, ficando a igreja do Colégio consagrada a Santo Inácio.

Em 1624 existiam em São Paulo quatro templos: os da Matriz, do Colégio, do Carmo e da Misericórdia, além da minúscula capela de São Bento.

Em 1630 era vigário o Padre João Álvares, famoso sertanista e fundador da igrejinha de São Miguel, o mais velho dos templos paulistas hoje existentes, pois data de 1622.

Outro vigário, o Padre Manuel Nunes, ex-jesuíta, muito rixou com as Câmaras, por defender, do modo mais veemente, os irmãos de roupeta quando de sua expulsão em 1640.

A Sé Catedral em 1835. Aquarela de Miguel A. Benício Dutra. Coleção do Museu Paulista.

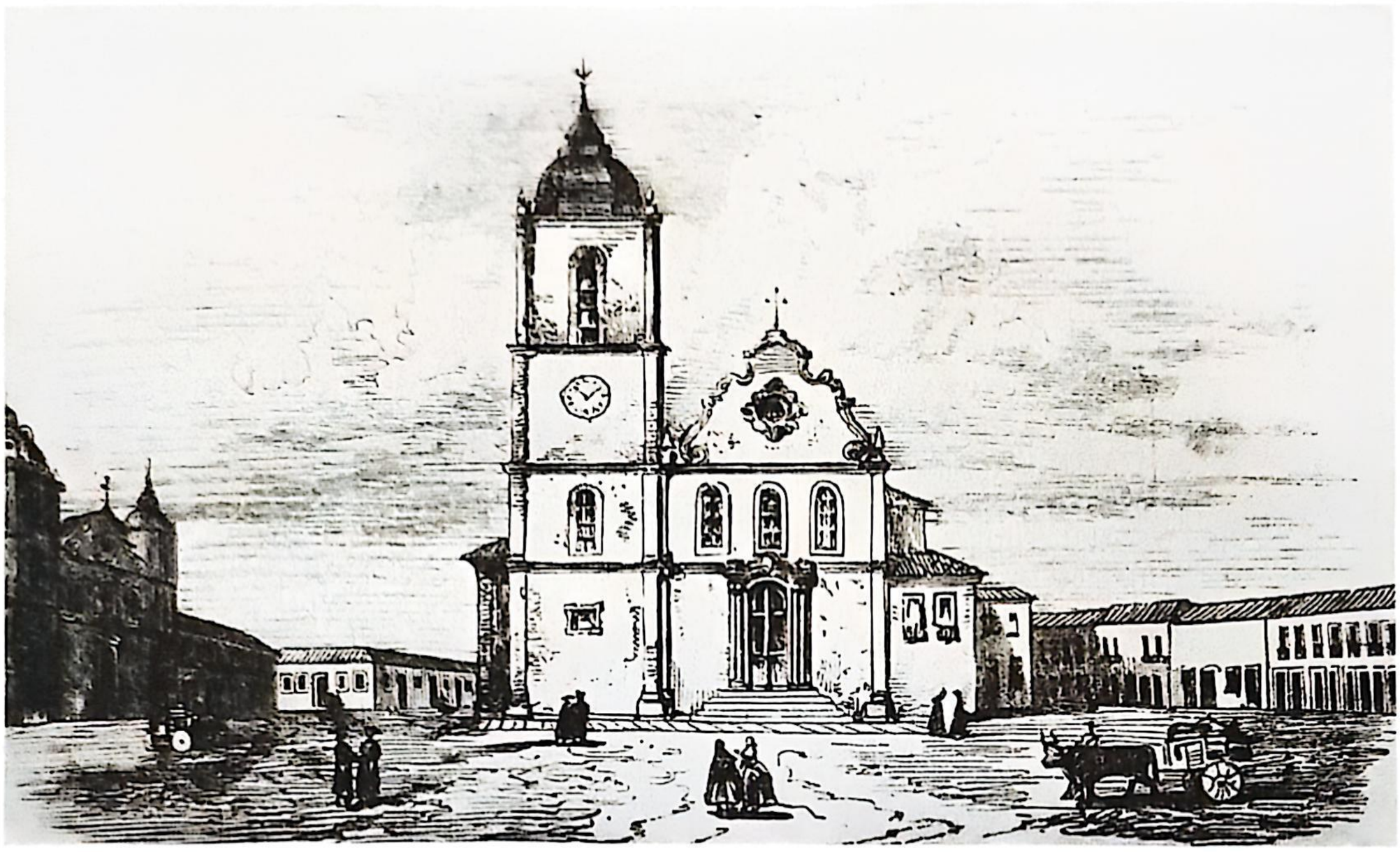
Refere a documentação municipal, em janeiro de 1632, pitoresco incidente, constituindo verdadeira anomalia em nossos anais coloniais onde os elementos psicológicos tão escassos se mostram.

Denunciou o Procurador, Sebastião de Paiva, aos seus pares os murmúrios correntes na vila contra os representantes do poder municipal acoimados de pouco democráticos e sobretudo pouco atenciosos.

Havia no meio da igreja matriz um único banco reservado a Suas Mercês, os Senhores Oficiais da Câmara "com grande prejuízo e escândalo dêste povo por se tratarem mal as mulheres" forçadas a assentar-se no chão sôbre os seus mantos.

Ordenaram Suas Mercês imediatamente "que se retirasse o dito banquo" determinando contudo que por ocasião das festas de El-Rei houvesse cadeiras de estado para todos os membros do poder municipal.

O mais célebre dos vigários seiscentistas foi o Padre Domingos Gomes Albernaz, fluminense, durante longos anos pároco da vila. Rixou imenso com os seus paroquianos e as Câmaras. Foi por êles expulso, procedeu como os prelados medievais acaudilhados, estêve no exílio e conseguiu ser reintegrado por intervenção de Fernão Dias Pais. Estão os têrmos da vereança cheios dos ecos de suas querelas com os seus fregueses.



A Sé e o seu Pátio em 1860. Desenho do Barão de Tschudi.

Entre outros vigários seiscentistas destaca-se o Padre João Leite da Silva, irmão de Fernão Dias Pais, homem notável pela instrução, letras, virtudes e zêlo apostólico.

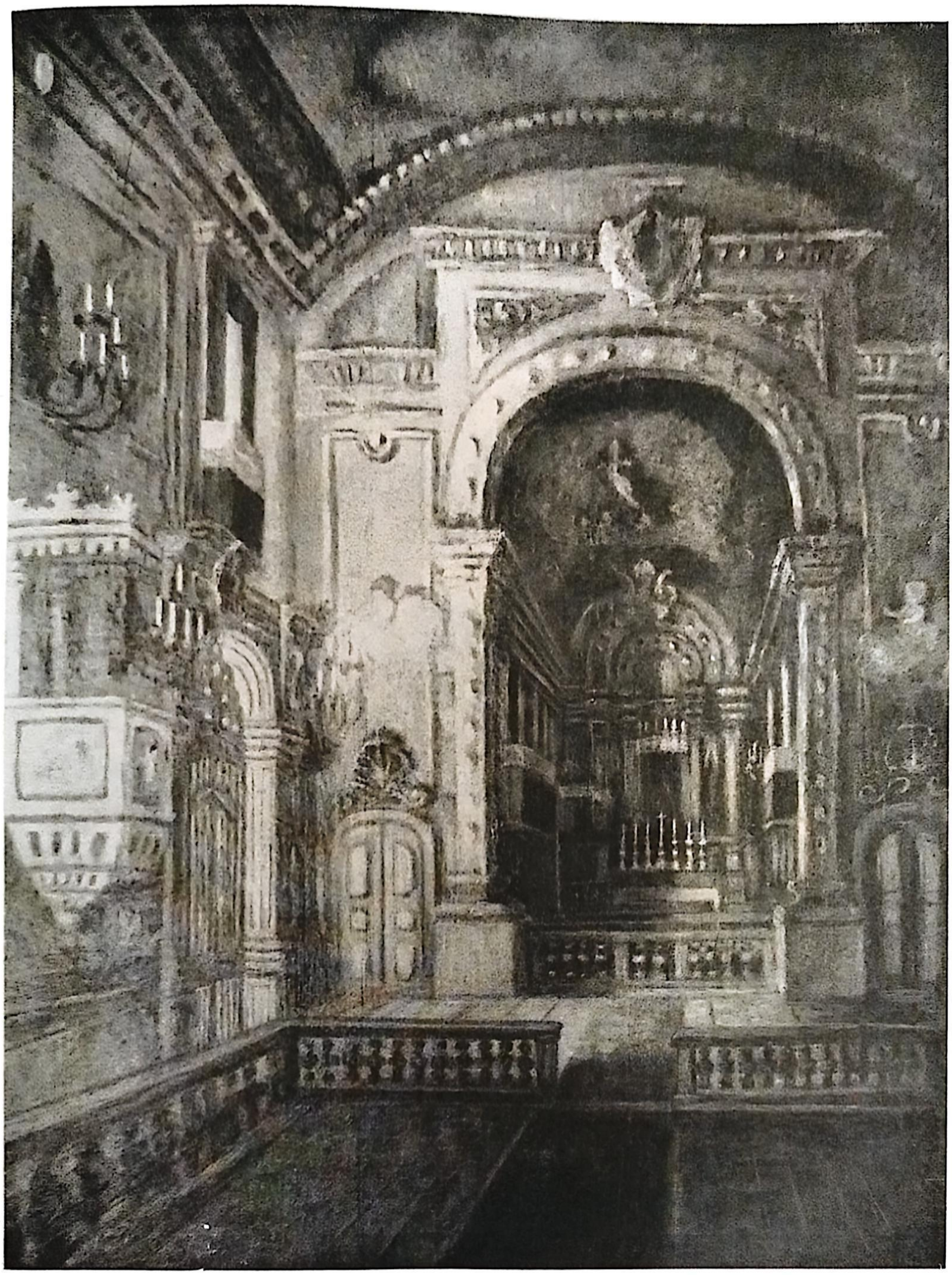
Relêvo também mostraram os vigários André Baruel e Bento Curvelo Maciel, já no século XVIII. Tiveram ambos grandes desentendimentos com as Câmaras e as autoridades superiores da capitania, sobretudo o último.

Aliás, nos tempos coloniais eram muito freqüentes os dissídios entre as autoridades eclesiásticas e seculares, a cada passo provocados por sentimentos de exagerada suscetibilidade quanto ao reconhecimento de preeminência e precedência. Ocorriam êstes conflitos amiúde por ocasião das quatro grandes procissões anuais de Corpus Christi, São Sebastião, Santa Isabel e do Anjo Custódio do Reino, as grandes festas reais, e ainda quando das cerimônias aparatosas das missas cantadas e *Te Deum*.

No século XVIII acresceu-se o número das festividades com as da Bula da Santa Cruzada, de São Paulo e São Francisco de Borja.

Numerosas as questões e questiúnculas por causa da escolha dos pregadores, da pragmática relativa à colocação das autoridades no interior da Igreja durante as cerimônias, escolha de portadores das varas do pálio e do estandarte real, arrumação das procissões, o que exaltava os ciúmes entre diversas irmandades e confrarias muito ciosas de suas prerrogativas.

Em meados do século XVIII exercia o paroquiato de São Paulo o Dr. Mateus Lourenço de Carvalho, homem muito zeloso de seu ministério. Embora arrebatado e autoritário, gozava de grande influência.



Nave da antiga Sé Catedral de São Paulo. Óleo de D. Maria Cecília Pinto Serva. Coleção do Museu Paulista.

A Sé Catedral e o seu Pátio em 1860. Óleo de J. Wasth Rodrigues. Museu Paulista.

Por volta de 1740 era o mais lastimável o estado em que se achava a matriz e o zeloso vigário pôs-se ativamente a campo para a derribar, reconstruindo-a em dimensões maiores; obra vultosa, sobretudo, em face dos parcos recursos locais.

A ela meteu ombros apelando para os sentimentos católicos dos paroquianos.

A 19 de janeiro de 1744 e na qualidade de "menor servo e capelão do nobre Senado" a êste convocou para a solene procissão de trasladação do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz para a da Misericórdia que iria servir de paroquial enquanto não se reedificasse o velho templo seiscentista. "Supunha que tal acompanhamento era do agrado de Deus e servia de exemplo grande ao povo".

Assim foi demolida a igreja primitiva da qual, infelizmente, não restou qualquer documento iconográfico. Em sua nave haviam pregado diversas celebridades como Alexandre de Gusmão, Simão de Vasconcelos, Ângelo Siqueira, e pontificado D. José de Barros Alarcão e D. Frei Antônio Guadalupe, bispos do Rio de Janeiro.

Feliz circunstância dentro em breve ocorreria, da qual procederia notável estímulo às obras, encetadas, segundo Azevedo Marques, a 5 de abril de 1745, exatamente no local da primitiva matriz, havendo o zeloso pároco reunido assaz quantiosas esmolas para o piedoso emprêgo.

Já em fins do século XVII, a Dom Pedro II propusera o notável Capitão-General Governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Meneses que se criasse diocese em São Paulo, da qual devia ser titular o famoso creso de Parnaíba, Dr. Guilherme Pompéu de Almeida.

A Capela-Mor da antiga Sé Catedral de São Paulo. Óleo de D. Maria Cecília Pinto Serva. Coleção do Museu Paulista.

Igreja Catedral e Largo da Sé (1862). Óleo de J. Wasth Rodrigues. Coleção do Museu Paulista.

Em 1710, ao terminar a Guerra dos Emboabas, cogitou o Capitão-General Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho de renovar a proposta a Dom João V, em atenção a instante pedido da Câmara e do povo paulistanos.

Mas o Conselho Ultramarino opinou contra tal projeto, alegando que a recém-criada cidade de São Paulo não tinha recursos para manter um bispado.

Em 1722 reiterava a Câmara ao monarca o anseio dos seus munícipes pela elevação de sua matriz a Sé Catedral.

Só muito mais tarde acederia Dom João V ao pedido. Assim, só a 29 de abril de 1745 assinou os decretos criadores dos bispados de São Paulo e de Mariana. A ratificação papal se deu com a expedição, pelo Sumo Pontífice Bento XIV, da Bula *Candor lucis aeternae,* datada de 6 de setembro de 1745.

Ia São Paulo ter bispo próprio embora já houvesse recebido a longa visita dos antístites fluminenses Dom José de Barros Alarcão e Dom Frei Antônio de Guadalupe. Infelizmente não podia a cidade oferecer ao seu prelado catedral nem paço.

A 8 de dezembro de 1746 fazia o primeiro bispo paulopolitano, Dom Bernardo Rodrigues Nogueira, entrada solene em sua cidade episcopal.

Capela do Santissimo Sacramento na antiga Sé Catedral de São Paulo. Óleo de D. Maria Cecília Pinto Serva. Coleção do Museu Paulista.

A porta da Sé Catedral com batentes de pedra lavrada e encimada pelo brasão real português.

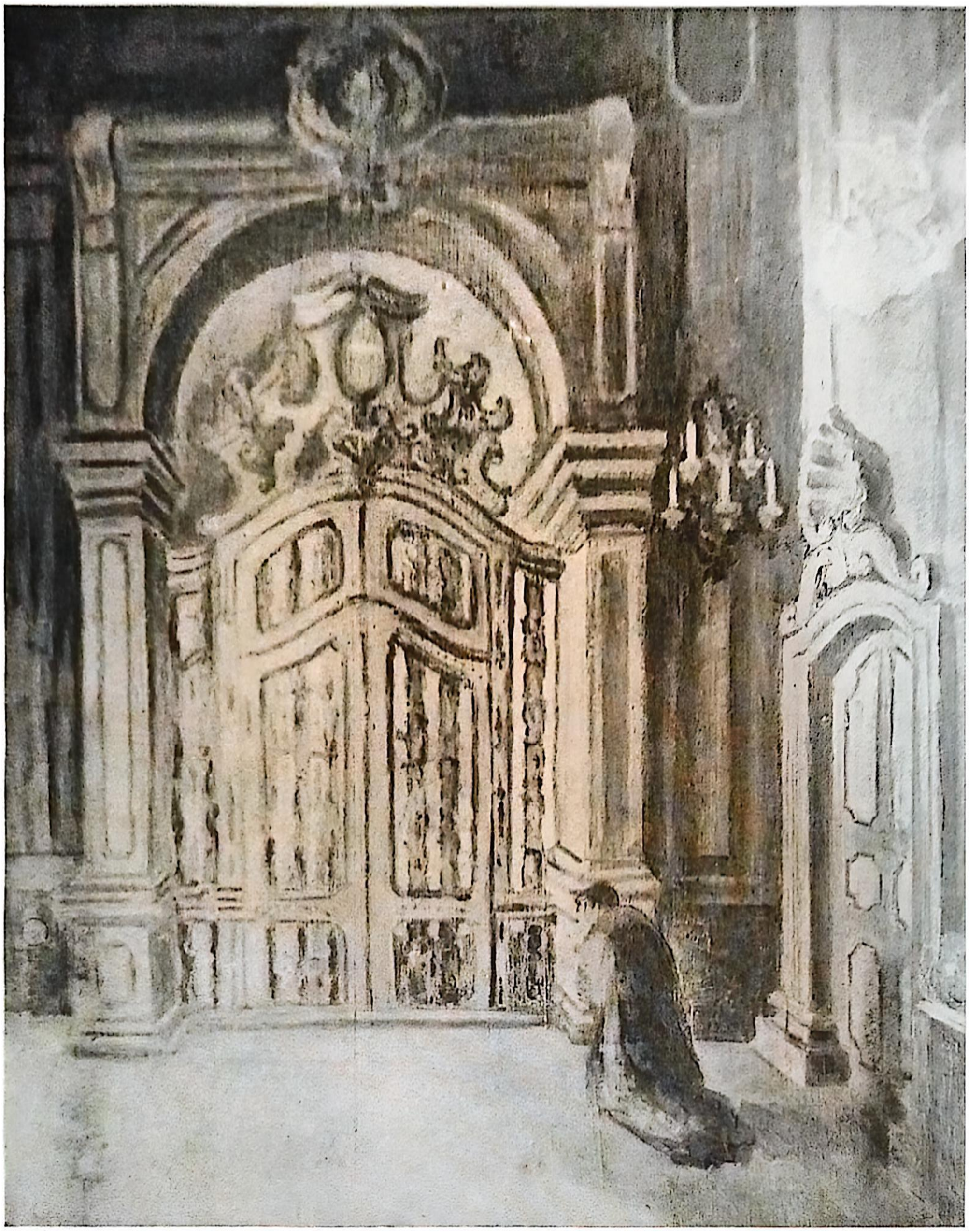
A obra da reconstrução da matriz ia sobremodo atrasada. Em 1743 endereçara a Câmara ao Rei longa carta instando para que os cofres reais auxiliassem a vultosa emprêsa.

Como resposta mandou dizer-lhe o monarca que a Coroa só construiria a Capela-Mor, cujo custo se orçava em 25 000 cruzados (dez contos de réis). O resto que o pagassem os fregueses.

Dirigia as obras com zêlo e habilidade o Cônego Domingos João Vilarinho. Parece que em fins de 1756 estava a nova catedral coberta e com o frontispício acabado, mas de paredes nuas, "sem capela-mor nem altares e destituída de tudo mais de que se compõe uma igreja", anotava a Câmara lamentosamente.

Muito curto foi o período episcopal de Dom Bernardo. Falecido em 1748 teve como substituto D. Frei Antônio da Madre de Deus Galrão (1751-1764).

Informa Azevedo Marques que a fachada da Sé só se concluiu em 1754, sendo Mateus de Carvalho, então arcediago, o administrador da Diocese.



Porta da capela do Santíssimo Sacramento na Sé Catedral de São Paulo. Óleo de D. Maria Cecília Pinto Serva. Coleção do Museu Paulista.

O Largo da Sé e a rua de São Gonçalo, mais tarde do Imperador e Marechal Deodoro (1860). Óleo de D. Adelaide G. Cavalcanti. Coleção do Museu Paulista.

Arrastaram-se as obras durante outra série de anos. Só em 1756 tomariam algum impulso, quando Dom José I autorizou um donativo de doze mil cruzados para tal fim.

Nelas trabalhou com notável destaque um pedreiro ou mestre-de-obra mestiço, alcunhado *Tebas,* homem de rara habilidade e competência cuja alcunha se perpetuou entre os paulistanos como sinônimo de homem capaz.

Em 1765, ao se restaurar a Capitania de São Paulo, estava a diocese em sede vacante e assim permaneceu até 1774, ano da posse do terceiro bispo Dom Frei Manuel da Ressurreição (1774-1789).

O Cabido, a 30 de janeiro de 1765, representou ao Rei que a necessidade de se dotar a Sé de tôrre resultara desastrosa à sua fachada, cuja estabilidade tanto se comprometera que preciso fôra demoli-la. Custara a tôrre trinta mil cruzados (doze contos de réis) devidos à munificência régia. Provida do indispensável campanário, dotada de tôda a bateria de sinos, faltava-lhe, contudo, o não menos indispensável relógio.

Indispensável também se tornava a nomeação de sineiro oficial. O que servia percebia da Real Fazenda tão insignificante gratificação "que se fazia horroroso a qualquer pessoa sujeitar-se a êste trabalho", motivo pelo qual não eram os cidadãos de São Paulo avisados "nem das festividades nem dos sinais de defuntos, como de muito era costume na cidade".

São Paulo no caminho de Damasco. Quadro de Almeida Júnior. Colocado antigamente no teto da nave da Catedral. Pertence hoje ao Museu Paulista.

A Igreja de São Pedro e o Pátio da Sé em 1860. Quadro de J. Wasth Rodrigues. Coleção do Museu Paulista.

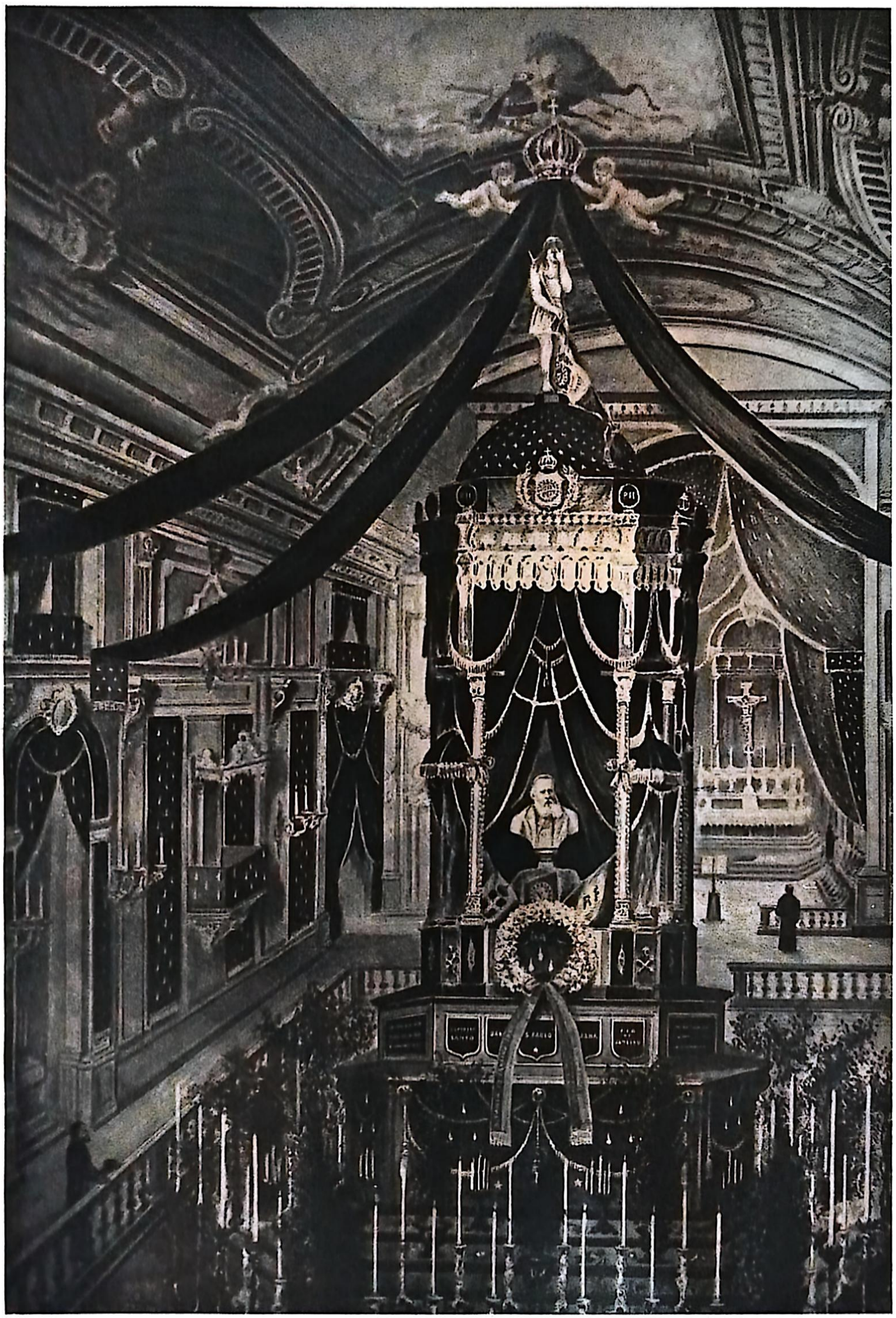
À vista de tal situação solicitou o Senado uma "esmola tão precisa e necessária não só para decôro da Casa de Deus como para a celebração dos Divinos Ofícios que Sua Majestade tanto queria fôssem celebrados com a maior perfeição".

Em 1767 mandava Dom José I que o Morgado de Mateus, Capitão-General, o informasse do caso e êste respondia que a situação da Fazenda Real, na Capitania, não permitia atender aos reclamos do Cabido.

De 1843 a 1850 passou a Sé por grandes obras. Quando em 1846 Dom Pedro II visitou São Paulo pela primeira vez, os ofícios da Catedral efetuavam-se na Igreja do Colégio.

Em 1879 ocorreu violento incêndio no anexo à Igreja onde funcionavam a Cúria Metropolitana, causando graves prejuízos, sobretudo ao arquivo. De 1888 a 1889 serviu a Igreja do Carmo de Catedral provisória, também por motivo de reparos. Afinal foi em 1911 encetada a sua demolição, com a remodelação da Praça da Sé e a construção do majestoso templo que se espera seja solenemente inaugurado a 25 de janeiro de 1954.

Inúmeras foram as festividades realizadas na Sé paulistana. Entre as mais notáveis citemos a entrega à Diocese, da bandeira do glorioso Sétimo Batalhão de Voluntários da Pátria, de regresso da campanha do Paraguai em 1870, as solenes exéquias do General Osório, a entrega do *pallium* a D. Antônio de Macedo Costa, Arcebispo Primaz do Brasil, pelo Episcopado Nacional em 1890, as não menos solenes exéquias de Dom Pedro II, em 1891, etc.



Exéquias de Dom Pedro II na Sé Catedral de São Paulo, 1891.

Cena ocorrida após a celebração das exéquias de Libero Badaró na Sé Catedral de São Paulo, 1830. Original de Hércules Florence; pintura de A. Norfini. Coleção do Museu Paulista.

Construções contiguas à Sé Catedral; à sua direita na rua da Esperança, em 1860. Óleo de D. Maria Cecília Pinto Serva. Coleção do Museu Paulista.

Na cripta do velho templo estavam depositados os despojos mortais de todos os bispos da Diocese, hoje inumados na magnífica cripta da nova catedral.

Numerosas sagrações episcopais ocorreram na velha Sé de vários dos mais notáveis Príncipes da Igreja Brasileira. Em sua nave ressoaram as vozes de diversos membros do seu Cabido e outros pregadores celebrizados pela altitude de sua oratória como fôssem Ângelo de Siqueira, Ildefonso Xavier Ferreira, Frei Francisco de Mont'Alverne, Joaquim Anselmo de Oliveira, Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, Francisco de Paula Rodrigues (Padre Chico), Manuel Vicente da Silva, etc. E alguns de seus cônegos foram elevados à dignidade episcopal, como D. Joaquim José Vieira, D. Antônio Cândido de Alvarenga, D. Duarte Leopoldo e Silva, D. José de Camargo Barros, D. João B. Correia Nery, etc.

Diversas irmandades tiveram sede na velha Sé. A mais importante é a do Santíssimo Sacramento, que data do século XVI (mencionada já em 1599) e cujo compromisso se registrou em 1734.

Outras se fundaram no século XVIII anexas à Sé, como as de São Miguel e Almas (1730), a de Santo Antônio dos Militares, constituída por instigação do Morgado de Mateus. Persistiu a de Nossa Senhora das Dores, datando de 1780.

O PAÇO MUNICIPAL

31 de março de 1560 aportou em São Vicente o terceiro Governador-Geral do Brasil, o benemérito Mem de Sá, um dos mais relevantes servidores da obra do erguimento do Brasil que amanhecia.

Subiu ao planalto a examinar as condições em que viviam as aldeias de Santo André da Borda do Campo, a que regia João Ramalho, e São Paulo, governada pelos jesuítas. Ordenou a fusão das duas pequeninas povoações, providência a mais sensata, essencial, tomada em junho de 1560. E realmente dois anos mais tarde sofreria São Paulo, e rebateria, o furioso assalto das tribos da chamada Confederação dos Tamoios.

Instaurou-se em 1560 a vida municipal paulistana, mas, infelizmente, perderam-se os seus documentos primevos, sendo os mais antigos hoje conhecidos os de 1562.

Pobríssimo como era o nascente arraial, realizaram-se, nos primeiros anos, as sessões de sua municipalidade em casa dos edis, de Suas Mercês, os Oficiais da "Câmera", como no tempo se dizia, juízes ordinários, vereadores e procurador do Conselho. E até na morada dos escrivães municipais.

Mas sabe-se que, já em 1575, estava em andamento a construção do primeiro paço municipal, casinha de taipas coberta por um ripado de içara e sapé. Nêle se abrigavam a Casa do Concelho e o cárcere, instituições outrora inseparáveis.

Como mobiliário apresentava uma cadeira destinada ao juiz ordinário, presidente da municipalidade, uma mesa de três e meio palmos de comprido e dois de largo, assentos de uma banda e outra, uma segunda mesa menor, para o escrivão, e dois bancos.

A 14 de agôsto de 1575 comunicava o Procurador do Concelho que o total das despesas de construção e mobiliário orçara por treze mil réis. A 22 de outubro seguinte declaravam três peritos que a "casa estava de se receber contanto que no teto se pusessem duas carreiras de sapé, pelas beiras sobretudo".

Mas já a 30 de dezembro de 1583 se anunciava que o edifício começava a ruir, sobretudo por causa da cumeeira da cadeia "podre e comida toda de bicho quaruncho".

Gonçalo Pires, carpinteiro, assinou contrato, em 1585, para reformar o paço mediante a paga de 35 cruzados (quatorze mil réis). Depois de diversas questões, resolveu a Câmara receber o prédio mal remendado, em fins de 1586.

Mas já em 1590 achava-se êle novamente em muito mau estado. Assim por exemplo, uma das principais paredes encontrava-se sèriamente danificada pelos bois e cavalos dos moradores vizinhos que viviam soltos, a pastar, e à noite apoiavam-se aos muros e à porta principal do edifício, abalando-o.

Em 1594 tiveram de ser reforçadas as principais taipas.

O Paço Municipal de São Paulo em 1628. Quadro a óleo de J. Wasth Rodrigues. Interpretação do mais velho documento iconográfico conhecido da cidade de São Paulo. Coleção do Museu Paulista.

Em todo caso, modestíssimo que fôsse, possuía a vila um paço, onde se abrigavam os representantes de sua vida municipal para ali "falar das cousas nesesairas á Republica".

Onde se localizaria êste paço é o que não se sabe. Falam as *Atas da Câmara* que a sua porta principal abria-se fronteira à igreja. Mas que igreja? Quiçá a do Colégio.

A 17 de janeiro de 1609 fazia o procurador Antônio Camacho sentir aos colegas quanto a casa "adonde se fazia camara e audiensia estava muito desbaratada e cada vez pior sendo necesario acodir a isto". Neste ano o governador Dom Francisco de Sousa ordenou à municipalidade a reconstrução de sua sede mas correram os anos e lamentosamente consignam numerosos têrmos de sessão que os edis se reuniam em casa dos vereadores mais velhos por não haver paço municipal.

Afinal a 25 de fevereiro de 1619 instalaram-se, em sede própria, os senhores oficiais da Câmara de São Paulo do Campo de Piratininga no prédio comprado a Francisco Ruiz Velho por quarenta mil réis, metade em dinheiro, dez em "drogas da terra" e dez como "valor dos chãos da cadeia velha".

Assim mesmo, no ato da escritura, o vendedor só recebeu em moeda, 15$570 e mais nove varas de algodão na importância de 1$440, ficando, portanto, o município a lhe dever 17$990.

Foi êste o paço que Dom Luís de Céspedes Xeria, governador do Paraguai, conheceu em sua passagem por São Paulo em 1628.

O mais velho documento iconográfico paulistano até hoje descoberto, ocorre num roteiro de autoria dêste Capitão-General castelhano, documento pertencente ao Archivo General de Indias, em Sevilha, de onde o fizemos copiar, divulgando-o em 1918.

Neste mapa, ou *boron* como lhe chamou o autor, surge ao canto superior esquerdo o mais grosseiro esbôço de um edifício constante de um corpo central ladeado de dois outros mais baixos. Ao todo domina uma espécie de torreão sôbre o qual se desfralda uma bandeira. À entrada do tal edifício ergue-se um cruzeiro que parece constituído por duas travessas de madeira. Ao todo acompanha o dístico: "La villa de sanpablo en el braçil".

Nada mais tôsco, mais rudimentar do que tal desenho, única peça iconográfica paulistana dos séculos XVI, XVII e XVIII, até hoje divulgada.

Outras há, não menos grosseiras mas tôdas diferentes, no *boron* de Céspedes, assinalando a localização das reduções jesuíticas de Loreto e Santo Inácio e as duas fundações espanholas, aquém Paraná de *Ciudad Real del Guairá* e *Villarica*.

Dos cinco *croquis* o que representa São Paulo é muito maior do que os demais.

Parece-nos fora de dúvida que o paulistano reproduz o edifício do Paço Municipal da vila, sôbre o qual se arvorou a flâmula real, encimada por uma cruz; assim sucede com os desenhos consagrados a Ciudad Real e Vila Rica. Representam ao nosso ver as casas dos cabildos locais.

Levantou Belmonte, o notável desenhista e caricaturista, uma dúvida: serão os três escorços meras convenções topográficas? Assim não pensamos, pois se o fôssem, tê-los-ia o Capitão-General feito iguais, quando tal não se dá.

É mais que provável que em 1628 estivesse a sede do Govêrno Municipal instalada no prédio que fôra em 1619 adquirido de Francisco Ruiz Velho por quarenta mil réis para nêle funcionarem paço e cadeia.

Foi o edifício adaptado aos novos fins como parece indicar a ata da sessão de 2 de dezembro de 1623.

Em fins de 1634 o procurador do Concelho reclamou providências contra o estado ruinoso do alpendre e balcão do Paço que ameaçavam desabar.

Entende Belmonte que tal pormenor invalida a realidade do desenho de Céspedes que a menos de ser cego não poderia deixar de assinalar a presença dêstes dois apêndices.

Mas quem até hoje descobriu algum documento relativo a construção de alpendre na antiga casa de morada de Francisco Velho?

Tão sumárias eram as obras seiscentistas, tão exíguas que, em poucos dias, naquele minúsculo paço paulistano, se construiriam alpendre e balcão posteriores à passagem de Céspedes pela vila. Se ambos estavam em mau estado em 1634, não quer isto dizer que existissem em 1628.

Da precariedade das construções do tempo falam-nos numerosos têrmos em que os procuradores do Concelho pedem providências contra o dano que os grandes animais domésticos causavam às paredes dos edifícios por nêles se encostarem.

Assim quer-nos parecer que o croqui de Céspedes traduz a realidade de um perfil e não seja mera convenção topográfica.

Nesta ordem de idéias incumbimos a J. Wasth Rodrigues de o interpretar numa tela que êste artista, tão conhecedor do nosso passado, realizou com verdadeiro êxito.

O paço comprado a Francisco Ruiz Velho e o que conheceu Dom Luís de Céspedes andava, por volta de 1650, arruinadíssimo. Francisco Nunes de Siqueira, o *Pai da Pátria,* propôs-se a construir à sua custa outro e a cadeia anexa.

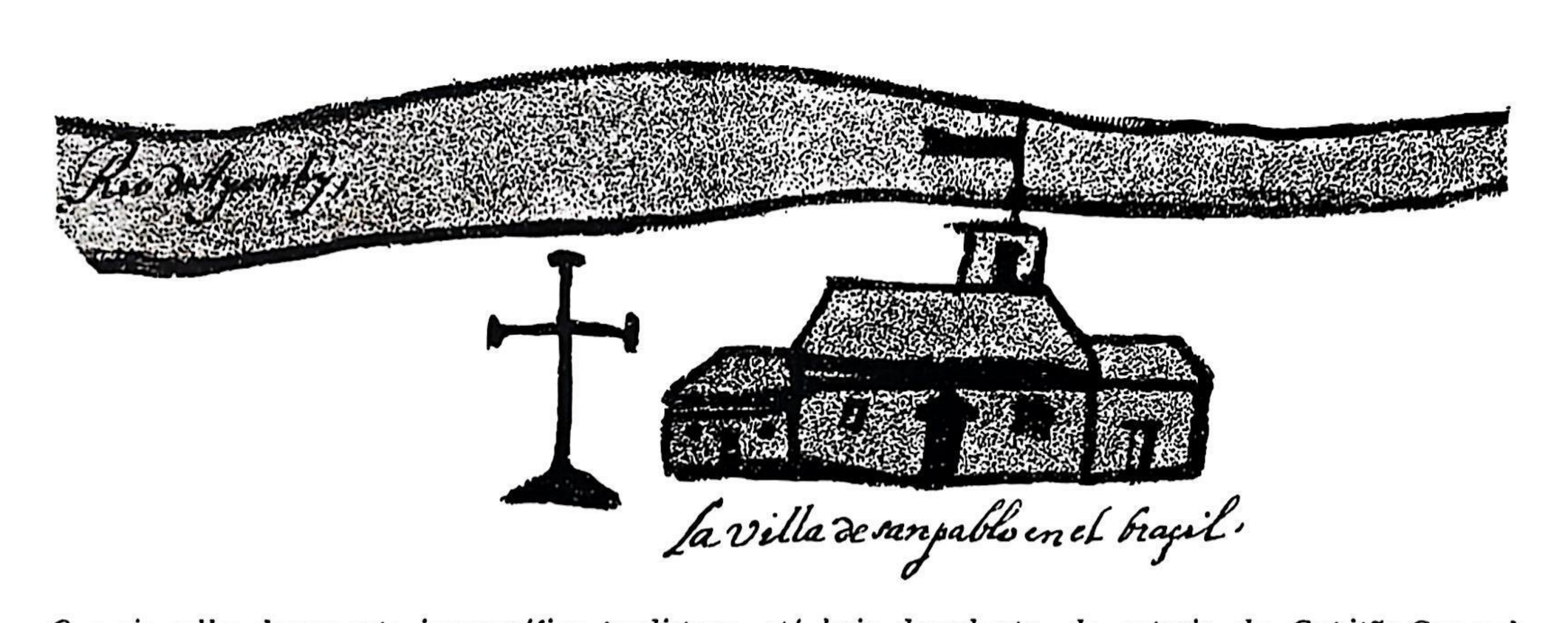
Em fins de 1653, chegando a São Paulo o Ouvidor-Geral Dr. João Velho de Azevedo, a compor as facções beligerantes dos Pires e Camargos, ordenou que se derribasse o pardieiro completamente arruinado que servia de paço. Mandou, ainda, que a Câmara arrumasse uma casa onde deveria instalar a Cadeia.

Assim, foram alugadas, para tal fim, as de Belchior de Godói, mediante o pagamento mensal de duas patacas ou 640 réis.

Nelas longamente permaneceu a edilidade.

A 16 de fevereiro de 1664 requeria o procurador fôssem consertadas, pedindo ao mesmo tempo três bancos para a mesa da sala das sessões, que se achava "sen quberta, hum pano com sua franja de retrós".

Testemunhou esta sede provisória os diversos e violentíssimos motins de fins do século XVII, os da "baixa da moeda" terminados em 1697 com o assassinato do régulo Pedro de Camargo pelo ilustre bandeirante Gaspar de Godói Colaço.



O mais velho documento iconográfico paulistano, até hoje descoberto, de autoria do Capitão-General Dom Luis de Céspedes Xeria, datado de 1628 e existente no Archivo General de Indias, em Sevilha.

A 11 de julho de 1711 elevou Dom João V à categoria de cidade a vila de São Paulo, agora capital da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro.

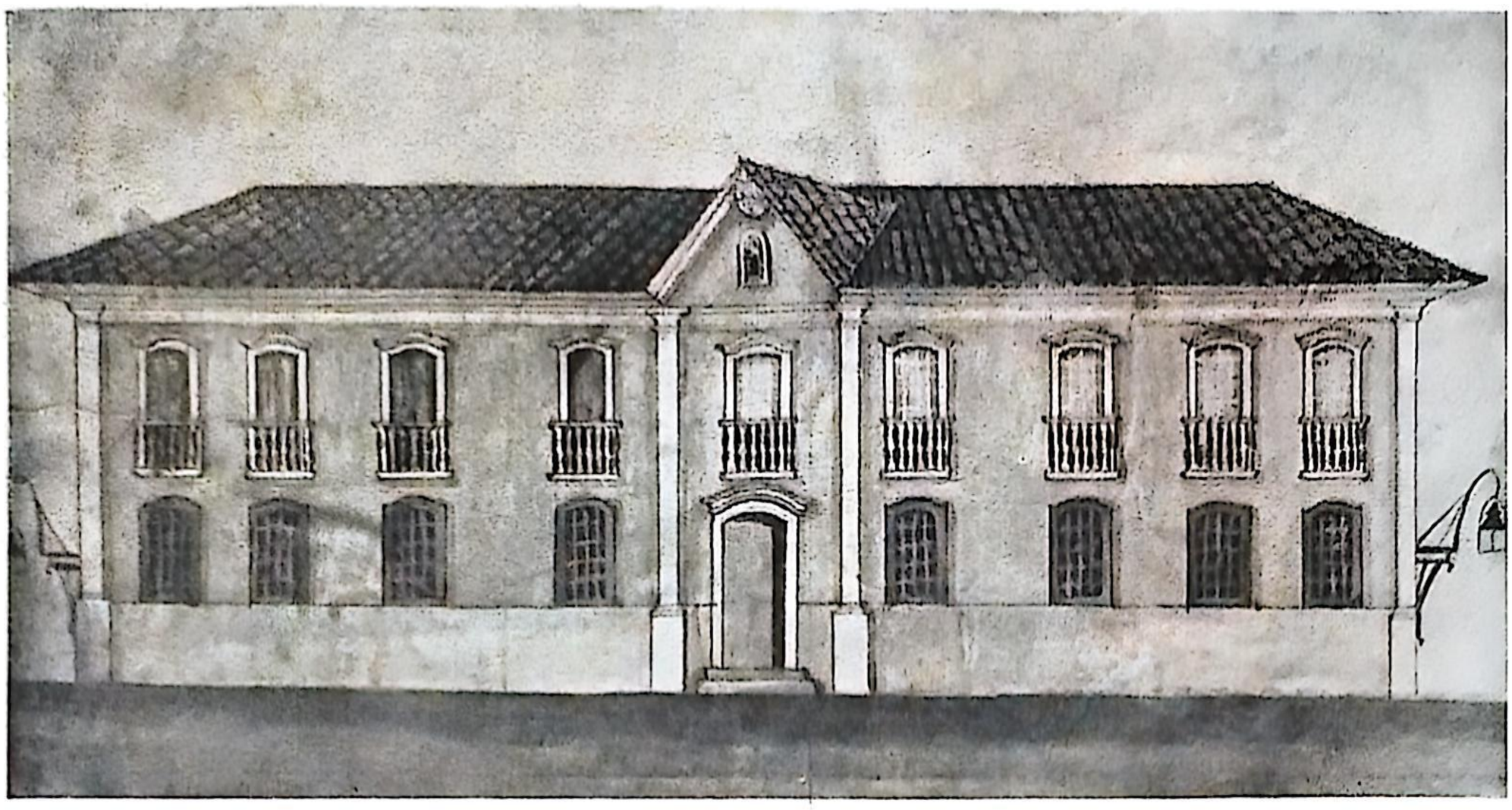
O primeiro têrmo de vereança relativo a êste grande acontecimento datou de 9 de fevereiro de 1712.

Enobrecida como acabava de ser pela mercê régia, era natural que os oficiais do Senado de sua Câmara considerassem quanto a sede do govêrno municipal não era condigna de sua nova importância.

E com efeito o paço do Concelho, e o ergástulo seu anexo, encontravam-se em verdadeira petição de miséria.

Mas achava-se a nova urbe semiarruinada pelo êxodo da sua população para o território aurífero das Minas Gerais.

De ano para ano acentuava-se tal depressão, que desde os últimos anos do século XVII se processava em face da alta do custo da vida.



O Paço Municipal e a Cadeia Pública de São Paulo. Original de Miguel A. Benício Dutra, 1835. Coleção do Museu Paulista.

Onde arranjar recursos para a obtenção de tão vultoso e caro edifício, quando as rendas municipais se achavam tão notàvelmente desfalcadas?

Representaram os Ouvidores-Gerais a Dom João V contra tal situação. O Desembargador sindicante, Dr. Antônio da Cunha Souto Maior, em 1713, ao aventar que se construísse paço e cadeia em Santos, recebeu a aprovação do monarca que lhe declarou, contudo, achar muito mais conveniente que tal obra se efetuasse em São Paulo, cidade capital e cabeça de comarca.

Sabedor destas dificuldades, o Capitão-General Dom Brás Baltasar da Silveira resolveu doar à Câmara de São Paulo uma data preferencial no descoberto recente das minas de Pitangui, o que o soberano aprovou.

Mas daí nada resultou de prático. O velho paço municipal ia cada vez mais em verdadeiro desmantêlo.

Contra êste estado de coisas, violento protesto lavrou a 18 de março de 1715 o Procurador Manuel Carvalho de Aguiar, lembrando aos seus pares que o seu paço guardava a real efígie do Senhor Dom João V, retrato pelo próprio dinasta oferecido à Câmara de sua leal cidade.

Poderia ruir a casa municipal com perdição total de seu arquivo. E o estado em que se encontrava o seu ergástulo? Onde o arruinamento era de tal ordem que, para a contenção dos presos, os juízes ordinários viam-se forçados a estabelecer turmas de homens de boa vontade para exercerem contínua guarda em tôrno de tão inseguro cárcere.

Só em 1717 é que se fêz algo de concreto para a melhoria da aflitiva situação. Neste ano, não sabemos se espontâneamente, ou se convidado pela edilidade, apresentou-se um repúblico do maior prestígio, propondo-se a construir o tão desejado e indispensável edifício. Era êle o Capitão-Mor José de Góis e Morais.

Fundos do Paço Municipal e Cadeia de São Paulo em 1841. Igreja e Pátio de São Gonçalo e a igreja de N. Senhora dos Remédios. Trecho da maqueta São Paulo em 1841, *no Museu Paulista, organizada pelo autor.*

Homem de muito grandes posses, vindo das Minas Gerais, com enorme cabedal de ouro, dispunha da mais elevada influência por si e pelos seus.

Seu pai, Pedro Taques de Almeida, fôra capitão-mor da Capitania de São Paulo e Procurador da Coroa.

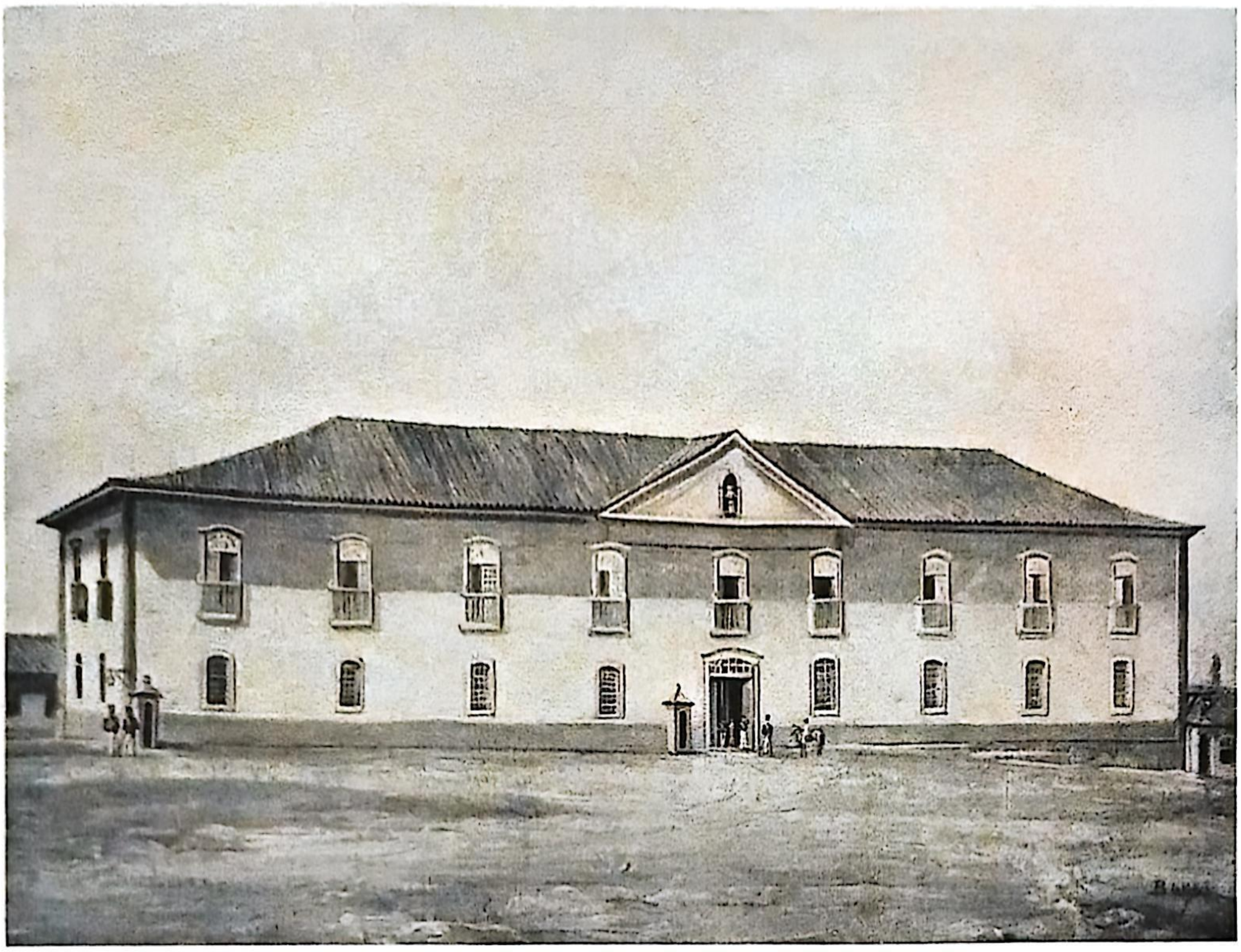
A 29 de janeiro de 1717 firmou José de Góis contrato para edificar o novo Paço de sua cidade natal, devendo entregar a obra dentro de três anos.

Pagar-se-ia com o acréscimo de receita cobrável do monopólio da venda, na cidade, e distritos, do seu têrmo, dos vinhos, aguardentes do Reino e da terra, azeite e vinagre, assegurando aos cofres municipais uma contribuição ânua de trezentos mil réis.

O edifício projetado teria dois andares. No superior funcionaria o Paço. A sala das sessões disporia de 7,70 m sôbre 6,50 m. Uma segunda haveria de 6,6 x 6,6 e uma terceira 6,16 x 6,16. Ocupariam as três todo o pavimento, cujo comprimento total seria, portanto, de pouco mais de vinte metros com um fundo de 7,70 m. Os cômodos do sobrado corriam "tudo numa altura e largura", com dois alçapões.

A todo o primeiro pavimento ocuparia a cadeia sem comunicação alguma com o sobrado, dividindo-se em duas enxovias de homens e uma de mulheres.

Por baixo do cárcere teria o porão de altura 2,75 m.



O Paço e a Cadeia de São Paulo em 1860. Quadro de Benedito Calixto. Coleção do Museu Paulista.

As paredes externas contariam a espessura de quatro palmos (0,88m) levantando-se uma estacada, pelo seu âmago, até as vigas "com o alicerce de um taipal".

Sendo tôda a obra de terra socada, receava-se que os prisioneiros abrissem caminho através das taipas, tornando-se necessário estabelecer-se novas medidas de segurança contra os fugitivos ocasionais, cujas tentativas de libertação certamente se não fariam esperar.

Assim tal estacada figurava como se fôsse uma trama moderna em obras de cimento armado.

Como anexo aos grandes cômodos existiria ainda outro para a morada do carcereiro.

É difícil fazer-se idéia do que fôsse a distribuição verdadeira da obra, tal a deficiência e a confusão do memorial de José de Góis e Morais e a ausência da planta que deveria acompanhá-lo.

As portas de cima, as internas, ao que parece, seriam apenas três de "ferrolhos e missagra", nome antigo da ferragem em que giravam as portas.

Dava a sala livre para o balcão, o único do edifício, sacada necessária, ou antes, indispensável à leitura pública de proclamações e bandos, etc.

Na sala do Concelho existiria um estrado, como o antigo, indicando a preeminência do nobre Senado da Capital de uma Capitania-Geral abrangendo uma área de quase três e meio milhões de quilômetros quadrados.

Na sala livre uma cadeira de estado reservava-se aos ministros da justiça de Sua Majestade. Serviria para as audiências dos Ouvidores-Gerais Corregedores da Comarca.

Estandarte real da Câmara de São Paulo, no século XVIII. Coleção do Museu Paulista.

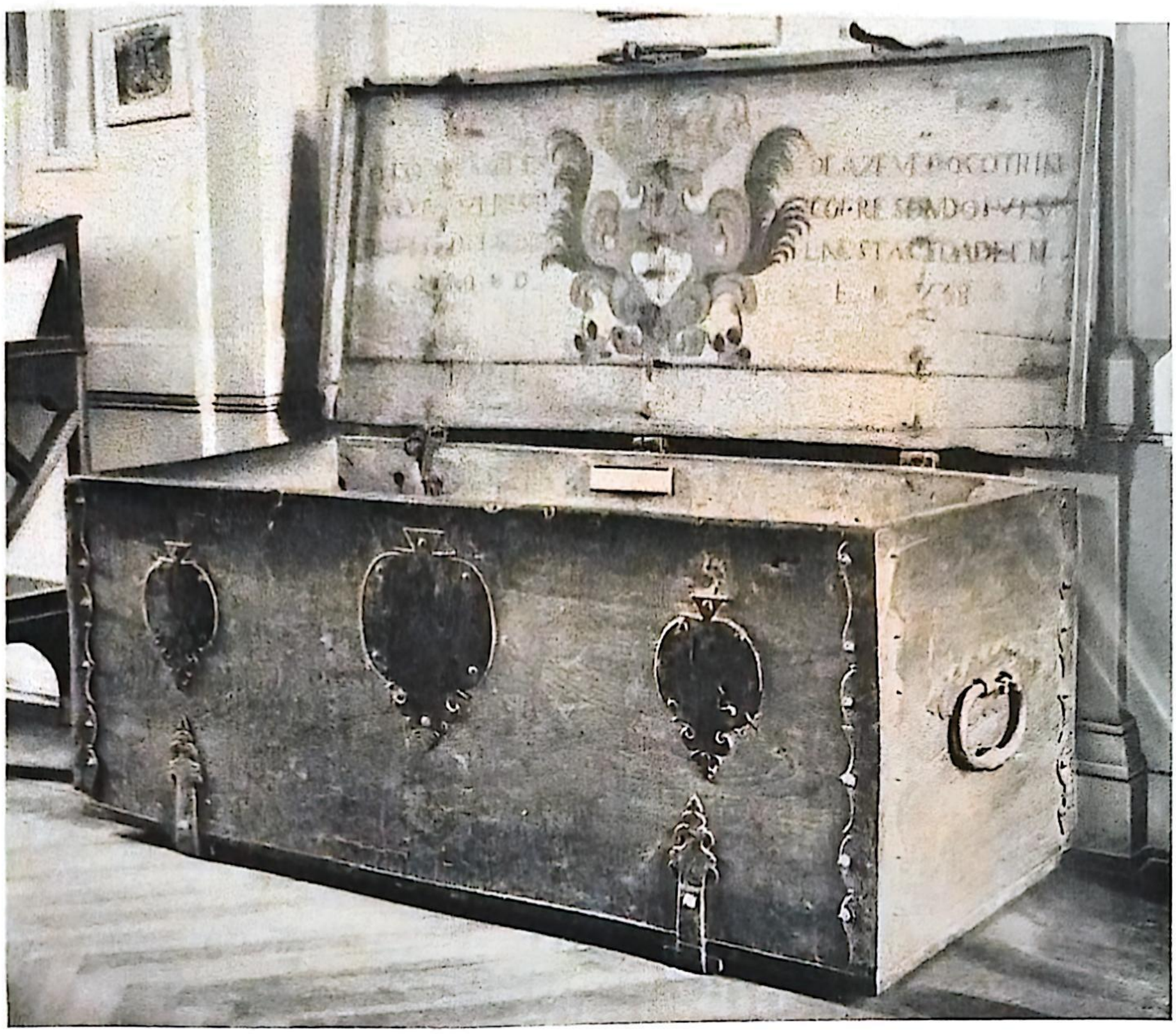
Quanto à localização da nova e vultosa obra decidiu-se que seria junto dos chãos de São Francisco.

Grande oposição encontrou o projeto. Numerosos republicanos e homens bons agravaram da decisão municipal ao ouvidor Dr. Rafael Pires Pardinho.

Mas êste ilustre e íntegro magistrado repeliu o agravo: estava São Paulo em face de exigência da máxima importância, precisava imprescindìvelmente de paço e cárcere. Nem existiam exageros naquele projeto. A Câmara com os seus recursos ordinários jamais poderia levantar o quantum exigído pela obra.

Encetaram-se os trabalhos que correram muito tardonhos. Ano e meio após a assinatura do contrato protestava o Procurador do Concelho contra tal estado de coisas.

A Câmara de 1719 ameaçou o empreiteiro de o multar em seis mil réis por dia de atraso, na conclusão do edifício, multa para a época enorme.



Arca do cofre dos órfãos de São Paulo, confiada à guarda do Senado da Câmara da cidade (1738). Coleção do Museu Paulista.

Esgotou-se o prazo e Morais não entregou a obra. A 15 de junho de 1720 realizou-se uma vistoria naquilo que já se construíra. Seis peritos entregaram então o mais antigo talvez dos laudos periciais que em São Paulo se conhecem, laudo, aliás, muito confuso. Não foi favorável ao construtor.

Três dos louvados declararam que nada podiam opinar em relação à segurança da cadeia. Achavam dois que a obra estava "capaz de se receber". Um apenas deu parecer inteiramente favorável embora achasse o sobrado muito mais bem construído do que o cárcere.

Aplainadas novas dificuldades pôde a edilidade celebrar a sua primeira reunião no novo paço a 19 de dezembro de 1720 dando-se a esta vereança solene título: *têrmo da primeira vereação feita na Câmara nova.*

Graves questões não tardaram a ocorrer. Acusou a Câmara a Morais de exorbitar nas despesas da construção e no entanto haver entregue inseguríssima cadeia onde as evasões seriam fatais e contínuas.

Ouviam-se queixas veementes contra a localização do cárcere no adro de São Francisco. Nesta igreja poderiam os evadidos refugiar-se, imediatamente após a fuga, invocando o direito de asilo em sagrado que os subtraía da justiça.

Colête da antiga indumentária de gala dos membros do Senado da Câmara de São Paulo que pertenceu ao Brigadeiro Luís Antônio de Sousa M. e Queirós (1750-1819). Coleção do Museu Paulista.

Nova vistoria, em meados de 1721, veio provar a incapacidade da prisão e a Câmara exigiu que Morais a pusesse em estado de servir.

Ao mesmo tempo queixava-se Morais da impontualidade da Câmara, de quem era credor em virtude de empréstimos feitos em diversas ocasiões de apertos.

Pouco depois empossava-se Rodrigo César de Meneses do cargo de Capitão-General da nova Capitania de São Paulo e Minas de sua Repartição e participava ao Rei que as enxovias de Morais, de prisão só tinham o nome.

"Suas paredes são de sorte que sem mais instrumentos às mãos se rompem."

Era, portanto, indispensável a construção de um cárcere de pedra e cal e não de terra socada.

Fôsse Morais obrigado a cumprir as obrigações que assumira. Não havia recursos financeiros por parte da municipalidade para levar a obra à frente.

O edifício do Paço Municipal de São Paulo, quando nêle também funcionava a Assembléia Provincial, e o jardim a êle fronteiro na atual Praça João Mendes, segundo um original de Militão (1887).

Mas o empreiteiro abroquelado nos têrmos contratuais defendeu-se pertinazmente. Novas vistorias provaram-lhe a correção e o Rei, em 1727, mandou que o tivessem por desobrigado.

Dêste milésimo em diante, durante anos, não vemos na documentação referências especiais, consideráveis, relativas ao Paço. Apenas quanto ao cárcere a cuja insegurança se reportam vários têrmos relatando fuga de criminosos.

Em 1730 o Procurador Antônio Pinto Duarte pedia providências para que fôsse melhor guarnecido. O mobiliário municipal, afirmava, era "do tempo em que se principiara a república". Já não existiam nem sequer tamboretes capazes. Se realmente assim se dava, esquecia-se o zeloso edil que aquêles veneráveis trastes haviam servido a um João Ramalho e a um Dom Francisco de Sousa, a um Amador Bueno da Ribeira, a um Antônio Rapôso Tavares e a um Fernão Dias Pais.

Nesta ocasião propôs que a Câmara comprasse "hua duzia de cadeiras á venda na cidade em preso conveniente, pella bondade dellas por não haver assentos capazes para qualquer ato de junta de Ministros ou outras pessoas titulares".

Em 1740 reformou-se o dossel do retrato de Sua Majestade e foram postas cortinas de sêda nas quatro janelas da Casa do Senado "por estarem as atuais muito rotas e estarem indecentes".

A 7 de dezembro de 1743 alarmou-se o Senado. O seu paço apresentava-se sobremodo estragado, ameaçando ruir.

O Largo da Assembléia, atual Praça João Mendes, e a Igreja de N. Senhora dos Remédios, antigo Pátio de São Gonçalo (1887) e o ajardinamento de 1881, segundo um original de Militão de Azevedo.

Numerosas vêzes foram as paredes consertadas e remendadas, mas a construção continuava insegura.

Diz Azevedo Marques que na segunda metade do século XVIII estiveram a cadeia e a casa da Câmara "em uma ou duas das casas contíguas à Igreja da Misericórdia pelo lado da Rua do Comércio" (hoje Álvares Penteado).

Isto deve ter sido nas imediações da restauração da capitania em 1765.

Em 1768 estava o paço de tal modo arruinado que as vereanças se realizavam em casa do Ouvidor-Geral. Em março de 1769 precisou o edifício ser abandonado e um laudo pericial atestara que de um momento para outro desabaria. Foram distribuídos, por diversas casas de camaristas, o arquivo e os móveis, as insígnias e alfaias municipais.

Em 1770 o Ouvidor Pereira da Silva ordenou que a Municipalidade alquilasse casas para a sua sede e para a cadeia.

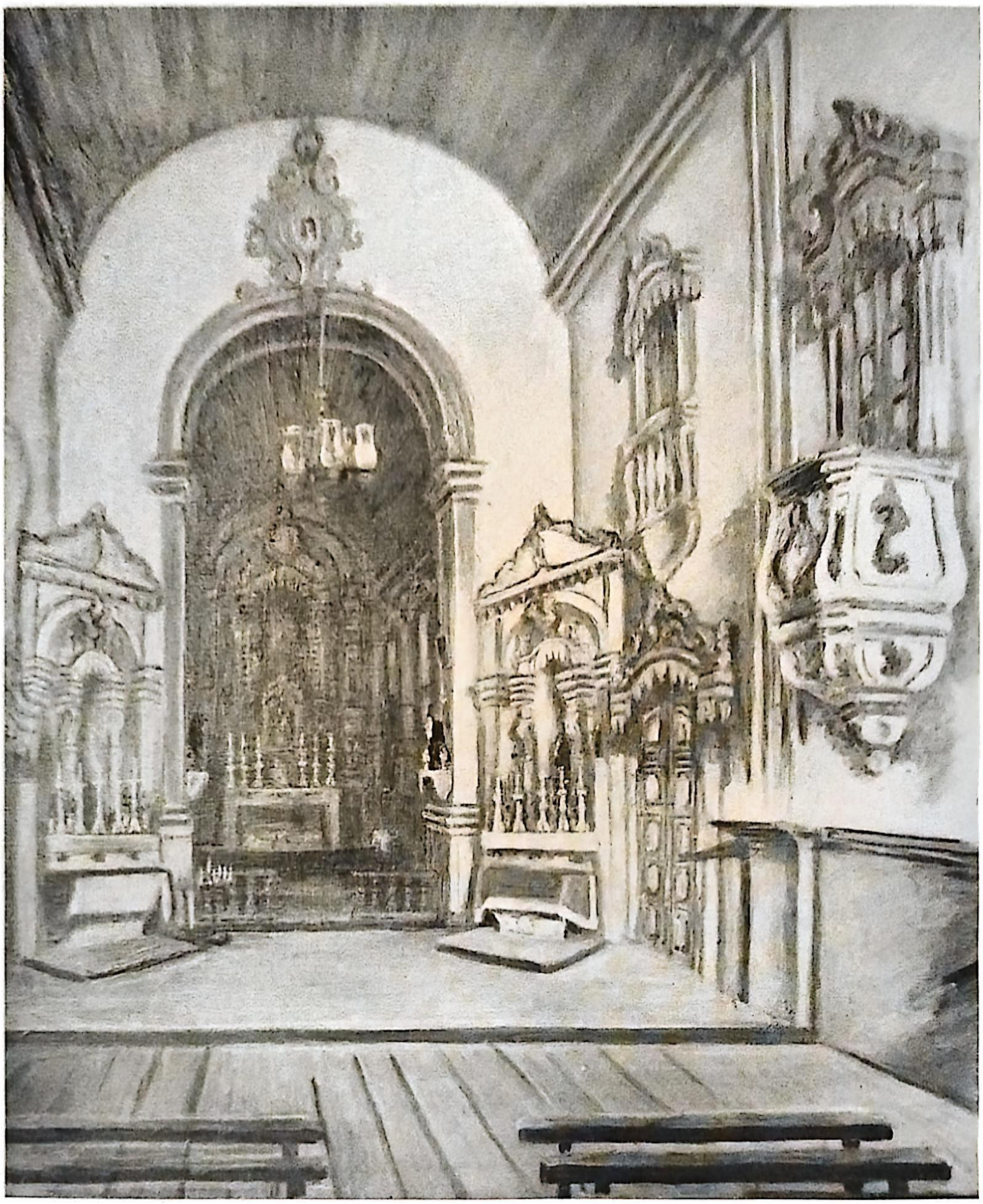
Depois de delongas foram alugados prédios da Rua do Carmo, por 25$600 anuais.

Quanto à cadeia, resolveu o Senado recorrer aos cofres reais por estar sem recursos para a reedificar. Enquanto isto continuaria a pagar aluguéis das casas onde mantinha os criminosos.

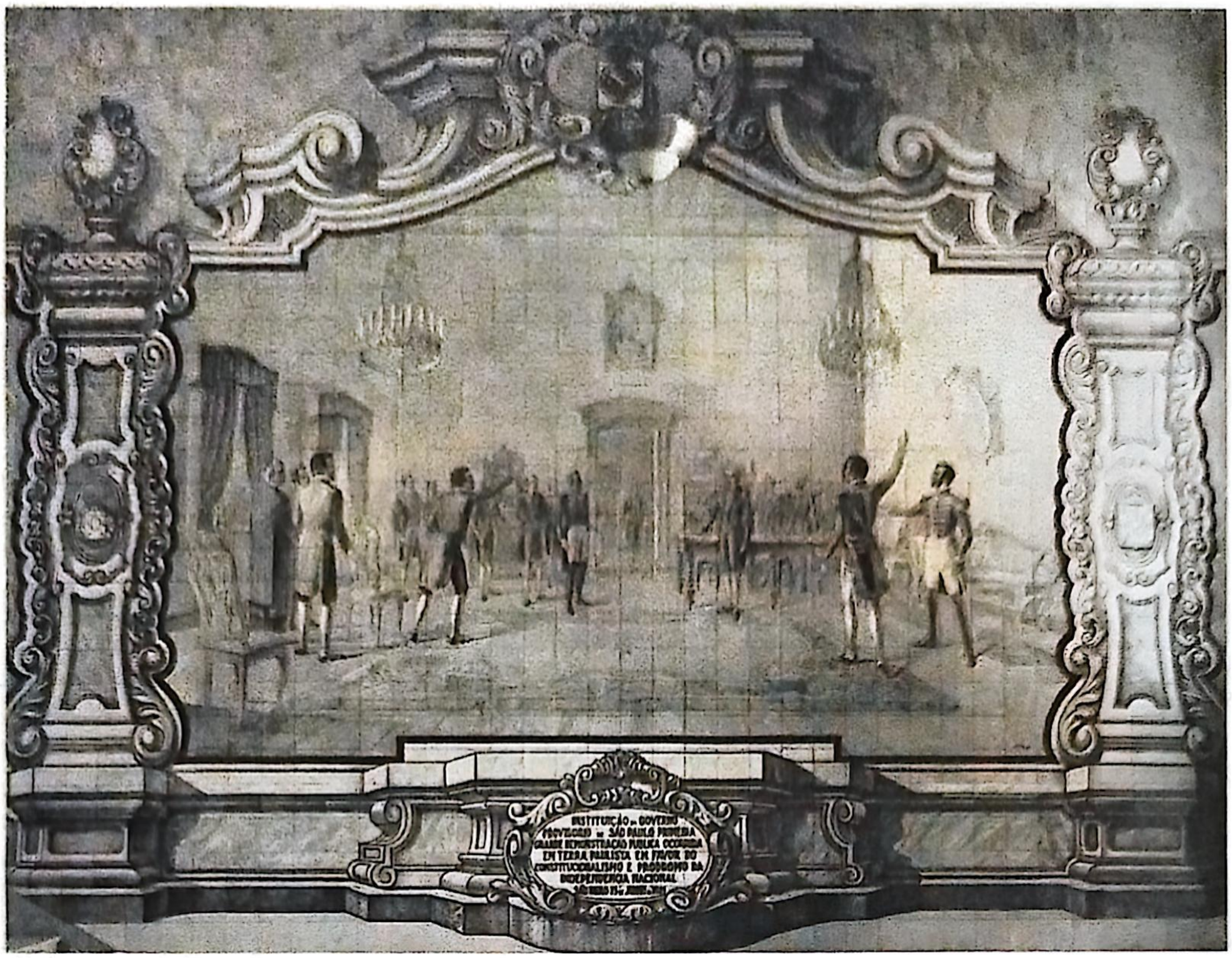
Na década de 1770 a 1780 indicam os têrmos da vereança que o cárcere se alojou em dois lugares diferentes, cuja localização não é fácil fazer-se.

Em 1781 pretendeu o Senado ocupar um prédio que a Ordem Terceira Franciscana acabava de construir no Largo de São Francisco, mas tal intento sofreu a mais viva oposição.

Igreja de N. Senhora dos Remédios, ereta no antigo Pátio de São Gonçalo e demolida em 1943. Óleo de D. Maria Cecília Pinto Serva. Coleção do Museu Paulista.



Interior da igreja de N. Senhora dos Remédios. Óleo de D. Maria Cecília Pinto Serva. Coleção do Museu Paulista.



Instituição do Govêrno Provisório de São Paulo; 23 de junho de 1821. Painel de Antônio Luís Gagni.

Em 1783, tão angustiosa se tornou a situação que os oficiais escreveram "circularmente a vários republicanos para que cada qual informasse de suas posses a fim de concorrerem para a construção do novo paço e cadeia".

O lugar para o novo edifício já fôra escolhido, o pátio de São Gonçalo e já também se haviam delineado "plantas e risco".

O juiz ordinário, José Mendes da Costa desenvolveu pertinaz e benemérita atuação mostrando-se incansável em angariar contribuições.

Tal a valia de seus serviços que o bom Capitão-General Francisco da Cunha Meneses ordenou sua reeleição, em 1784, "por ser isto conveniente ao serviço de Sua Majestade e bem público da cidade a que estava servindo louvàvelmente".

Apesar dos esforços de Mendes, as obras ainda se arrastaram, até que, a 9 de dezembro de 1787, ocorreu o mais fausto acontecimento. Ia São Paulo ter paço condigno de sua importância!

Lavrou o Senado especial "têrmo da saída que fizeram os oficiais da Câmara em que faziam os atos de vereança por não haver casa de Câmara própria para a nova casa de Câmara que se acha no pátio de São Gonçalo Garcia".

De sua sede provisória saíram os oficiais "em corpo de Câmara" com o estandarte real, seguidos de grande número de republicanos, homens bons e povo.

José Bonifácio de Andrada e mais membros do Govêrno Provisório de São Paulo aclamados pelo povo e pela tropa no Pátio de São Gonçalo, 23 de junho de 1821. (Alto-relêvo de Elio De Giusto no Panteão dos Andradas).

Chegados ao novo paço ouviram missa, num altar armado com licença especial do Bispo e, finda esta, procederam ao ato significativo da continuidade das instituições municipais: à eleição dos oficiais que deveriam servir em 1788.

Subsistiria o casarão do juiz José Mendes da Costa por espaço de mais de século e meio. Nêle se alojaria longamente a Câmara Municipal paulistana.

Na praça a êle fronteira ocorreram por instigação de José Bonifácio os acontecimentos extraordinários de 23 de junho de 1821, graças aos quais aderiu a capitania de São Paulo a nova ordem constitucional recém-instituída na monarquia, primeiro passo do movimento culminado a 7 de setembro de 1822 pelo grito do Ipiranga.

Foi o paço de 1787 o teatro de cenas extraordinárias, quer neste 23 de junho, quer em 23 de maio de 1822 por ocasião da reação da chamada *Bernarda de Francisco Inácio,* quer ainda quando da entrada do Príncipe Dom Pedro a 25 de agôsto de 1822 e dos acontecimentos da quinzena que a êste dia se seguiu.

Noventa anos mais tarde, em 1877, deixou de incluir em seu recinto a Cadeia Pública, transferida para o bairro da Luz. E transcorridos dois anos passou a ser a sede da Assembléia Provincial.

Com a queda do Império nêle se instalou, em 1891, a Assembléia estadual que ali funcionou até 1930 e ainda alguns anos mais tarde, de 1934 a 1937.

Afinal, em 1943, desapareceu, para o alargamento da Praça João Mendes.

Era um edifício feio, acaçapado, insuscetível, dentro de sua linha arquitetônica, de melhor estética. Valia apenas como representante de um ambiente de século e meio de existência, através de enormes mutações operadas em seu derredor na pequenina cidade colonial de 1787, com menos de dez milheiros de almas, transformada numa metrópole duas vêzes milhonar.

Alguns dos trabalhos de

AFFONSO DE ESCRAGNOLLE TAUNAY

Nas Edições Melhoramentos:

HISTÓRIA DAS BANDEIRAS PAULISTAS

Tomos I e II

Apresenta esta obra, de pesquisa cuidada, os faustos das Bandeiras Paulistas, resumidos em dois volumes e dedicados aos estudiosos em geral e aos curiosos do assunto empolgante das gestas dos desbravadores de Piratininga.

ENSAIO DE CARTA GERAL DAS BANDEIRAS PAULISTAS

(3.ª Edição)

Um dos poucos, talvez o único documento que traça da forma mais aproximada possível o roteiro das Bandeiras Paulistas. Planta que traz delineadas as incríveis arremetidas dos bandeirantes paulistas pelo sertão ínvio do Brasil. Complemento valioso à leitura dos dois tomos de "História das Bandeiras Paulistas".

VELHO SÃO PAULO

Vol. II

Ruas Principais — Abadia de São Bento

(a sair)

EDIÇÕES MELHORAMENTOS